

**2** • **ALCA - O avesso da CEPAL**  
Francisco José Soares Teixeira

**10** • **Trabalho escravo nas tropeadas do sertão**  
Solimar Oliveira Lima

**14** • **Valorização de recursos ambientais**  
João Soares da Silva Filho

**17** • **Ao mestre José Camillo**  
Edson José de Castro Lima

**18** • **Direito Penal, *Thémis*, *Díke* e o Sermão do Demônio Mudo**  
Gadafy de Matos Zeidam

**19** • **Historiador do nosso povo**  
Mario Ângelo

**20** • **Tendências do segmento varejista**  
Tiago Cardoso Rosa

**22** • **2003 e o custo Brasil: custo PSDB mais custo PT**  
Samuel Costa Filho

**36** • **Projeto Sexta Básica**

## Editorial

Os tempos atuais impelem, quase que exigindo, a nossa inserção efetiva no processo de fortalecimento dos Cursos de Economia no País. Um caminho seguro passa pelo reforço à Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE. Fundada em 03/12/1985, a entidade congrega unidades de ensino e entidades acadêmicas de Graduação, docentes e discentes. Possui, entre outros objetivos, assegurar a aplicação, em todos os Cursos de Economia, dos princípios expressos há 20 anos no Art. 7º da Resolução 11/84-CFE. São eles: compromisso com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; adoção do pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da Ciência Econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos; vinculação dos fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem; transmissão ao corpo discente do senso ético de responsabilidade social.

No congresso realizado em 2003 e organizado pelo Curso de Economia da Universidade Federal de Sergipe, a Assembléia Geral, instância deliberativa máxima da Entidade, deliberou Teresina para receber o evento. Com intensa satisfação, o Curso de Economia da Universidade Federal do Piauí convidou cada professor(a) e cada aluno(a) para participar do XIX Congresso da ANGE, ocorrido nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2004.

O evento teve início com uma conferência proferida pelo Professor Francisco Oliveira e no seu decorrer, aconteceram painéis sobre as Diretrizes Curriculares do Curso de Economia e a Reforma Universitária, lançamento de livro, comunicações de trabalhos, exposição de banners, stands apresentando atividades de pesquisa, extensão e ensino, como forma de intercâmbio de experiências, além da promoção de atividades artísticas para divulgar e promover nossas riquezas culturais e fortalecer nossa identidade de homens e mulheres piauienses.

Vimos um encontro de estudiosos da economia, oriundos das mais diferentes partes do Brasil, no qual a alegria e a seriedade foram marcantes e inesquecíveis. A colaboração de todos e todas na realização do Congresso, ansiosamente querida e profundamente desejada, em todos os seus momentos, será registrada no próximo número do nosso Informe.

# ALCA o avesso da CEPAL

por Francisco José Soares Teixeira

*"... nossa tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário".*

Antônio Cândido

## 1. A ALCA E A GLOBALIZAÇÃO: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

Dezembro de 1994. Naquele ano, o presidente Clinton recebia em Miami os trinta e três representantes do "continente" latino-americano. Ausente, somente Cuba, por razões conhecidas: o bloqueio econômico imposto àquela ilha pelos Estados Unidos. Neste acontecimento, o anfitrião do encontro propôs a criação de um mercado comum latino-americano, que deveria congrega todos os países ali reunidos. Nascia assim a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.

A ALCA não poderia ter surgido em melhor ocasião. Ela é filha de um tempo carregado de significações histórica, social e política. Nasce numa época em que a ideologia liberal ainda celebrava a queda do muro de Berlim e o fim das economias socialistas. A ALCA acontece, portanto, numa conjuntura em que a derrocada do socialismo real iria agir como uma poderosa força para fortalecer o sentimento de que o mercado é uma instituição "natural", que não só não pode ser eliminado, como também é incompatível com um controle crescente por parte do Estado.

Além de todas essas transformações, é importante destacar que a ALCA emerge num tempo em que o poder de mobilidade espacial do capital praticamente eliminou quase todas as barreiras nacionais. Esse poder é hoje tão espetacular que há quem se apresse em decretar o fim da geografia, pelo menos do ponto de vista do capital.

Mas isto ainda não é tudo. A ALCA é contemporânea de uma época em que o capitalismo atinge os limites de sua expansão histórica<sup>3</sup>. Prova disto é o fato de que, hoje, o "crescimento econômico" se faz muito mais por meio da centralização

dos capitais existentes do que pela criação ou expansão de novas unidades de capitais. De acordo Chesnais, mais de 60% dos investimentos se dão sob a forma de fusão de capitais. Além disto, o crescimento da produção de descartáveis revela que a valorização do capital não se dá mais através da criação de novos mercados. Ao invés de ampliar o número de consumidores, o capital reduz o período de vida útil das mercadorias, obrigando os consumidores a repô-las em prazos cada vez menores. A crescente financeirização da economia passa a dispensar cada vez mais a produção de valores de uso como suporte para valorização do valor.

Nesse contexto, a correlação de forças entre capital e trabalho torna-se extremamente assimétrica, de tal sorte que não só é difícil manter as conquistas históricas da classe trabalhadora, como também avançar com elas, no sentido de criar novos empregos, relações estáveis de trabalho... Conseqüentemente, elevar o poder de compra dos salários. Que o diga Celso Furtado: *hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas*<sup>4</sup>.

Nesta conjuntura, os donos do capital passam a rejeitar abertamente qualquer compromisso de classe, que implique alguma influência política sobre os investimentos privados e a distribuição de renda. É o que faz notar Przeworsky, ao reconhecer que, *pela primeira vez em*

*muitas décadas, a direita possui um projeto histórico próprio: libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia*<sup>5</sup>.

Não sem razão, Przeworsky afirma sem nenhum receio que o mundo passa por uma verdadeira revolução burguesa; uma revolução que pretende impor unilateralmente a vontade do capital sobre todas as sociedades do mundo. Mas, até que ponto isto seria possível? É uma pergunta que Przeworsky faz a si próprio, para responder que *a experiência chilena demonstra que sim, quando acompanhada de uma brutal repressão, da destruição das instituições democráticas e da liquidação de todas as formas de atividade política. Ao menos no Chile - concorda a maioria dos observadores - tal reestruturação da sociedade não teria sido possível sob condições democráticas, sem a ditadura militar. Mas será ela possível sem a destruição da democracia formal, sem uma chilenização das democracias capitalistas*<sup>6</sup>?

Independentemente de a ALCA vir a se concretizar plenamente, uma coisa já é certa: dentre as resoluções aprovadas pela Organização Mundial do Comércio [OMC] chama a atenção a que dispõe sobre as disputas comerciais entre os parceiros do mercado internacional. De acordo com essa resolução, um país que atue em favor de seus interesses empresariais pode contestar as leis, as políticas e os programas de outro país e derrubar suas leis internas. Afinal de contas, o capital se define como um valor, cujo objetivo é a auto-valorização. Enquanto tal, não lhe importa a localização geográfica; esta deve ser contingente. O que conta, isto sim, é a sua mobilidade, seu poder de se deslocar de uma atividade para outra, para explorar as melhores vantagens de investimento. Por isso, os entraves públicos institucionais devem ser destruídos, pois só assim, como entende o arquiteto da teoria clássica do mercado internacional, David Ricardo, cada país poderá aplicar seu *capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está*

*admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e unem-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio*<sup>7</sup>.

Para realizar essa comunhão universal de interesses de que fala David Ricardo, cada país deve se especializar na produção daqueles bens que produz com menores custos. Só assim todos poderão sair ganhando com o comércio internacional. É a teoria das vantagens comparativas. É ela que sustenta a formulação da proposta de criação da ALCA. Realmente, seus defensores advogam o livre jogo das forças de mercados, para aumentar e otimizar os ganhos do intercâmbio de bens e serviços no mercado internacional. Mais do que isto: os patrocinadores da ALCA querem convencer o mundo de que a liberdade de mercado, com cada país produzindo de acordo com sua vocação natural, é a única saída para superar o atraso e, assim, participar dos benefícios do progresso técnico. A abertura dos mercados nacionais é pré-requisito necessário para sua integração em uma única e mesma malha de comércio.

A derrubada das fronteiras nacionais é o dever de casa que todos precisam fazer. Aqueles que não o fizerem corre o risco de ser ignorados pelo crescimento econômico que a "globalização" e, somente ela, pode propiciar. A ALCA e a globalização caminham de mãos dadas: elas se implicam mutuamente, de tal sorte que não se pode falar de uma sem se remeter à outra.

## **2. A CEPAL E SUA CRÍTICA À TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS**

Quem disse que a globalização dos mercados latino-americanos, proposta pela ALCA, é condição necessária para que o

Brasil possa romper com o atraso econômico e, assim, vencer a miséria e a pobreza de parcelas expressivas da população?

Essa questão não é nova. Ela estava no centro das preocupações enfrentadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que vem a público no ano de 1949. Como a ALCA, a CEPAL nasceu para pensar as relações entre o centro e a periferia capitalistas para, partindo desta investigação, recomendar políticas econômicas voltadas para superar a miséria e o atraso em que viviam as economias periféricas.

Mas, há uma grande divergência na leitura que estas instituições fazem da realidade latino-americana. Os defensores da ALCA, fechando os olhos às diferenças que separam as economias ricas das economias pobres, advogam a abertura indiscriminada das fronteiras econômicas dos países latino-americanos. Acreditam, pois, que ficar de fora do mercado mundial equivale a renunciar ao crescimento e ao desenvolvimento econômicos.

Os cepalinos também apostaram nos benefícios que o mercado internacional poderia trazer para os países latino-americanos. Entretanto, diferentemente dos teóricos da ALCA, os cepalinos acreditavam que os dividendos do progresso trazidos pelo mercado externo eram basicamente apropriados pelas economias ricas. Se não fossem repensadas as relações entre o centro e a periferia, as economias pobres não só continuariam a perder com o comércio mundial, como jamais poderiam superar a sua condição de atraso e subdesenvolvimento.

Eram duas as razões alegadas pelos cepalinos, para explicar a apropriação desigual dos ganhos do mercado internacional entre o centro e a periferia. As economias periféricas eram basicamente economias agroexportadoras, assentadas em estruturas agrárias fortemente monopolizadas por grandes latifundiários, que impediam o crescimento da produtividade. Ora, a troca entre uma economia primário-exportadora, de baixa

produtividade, e uma economia industrializada, com elevada produtividade, será sempre uma relação favorável às economias industrializadas. Daí porque os frutos do progresso se repartiriam de maneira desigual entre o centro e a periferia capitalistas.

Além disso, os cepalinos tinham presente que a demanda de produtos primários pelas economias industrializadas tenderia a cair com o desenvolvimento histórico do capitalismo. Isto assim acontece porque a demanda de bens primários tende a diminuir à medida que a renda da população cresce. De acordo com o jargão dos economistas, os produtos primários têm baixa elasticidade-renda. Vale dizer: a parcela da renda destinada ao consumo ou procura de bens primários, proporcionalmente, cresce menos do que a parcela alocada na compra de bens manufaturados e serviços.

Conseqüentemente, era de se esperar que uma porção cada vez menor dos acréscimos de renda dos consumidores do centro seria destinada à compra de alimentos e outros produtos primários.

Daí as objeções da CEPAL contra a abertura indiscriminada das economias latino-americanas que, se deixadas entregues ao jogo das livres forças de mercado, nunca superariam sua condição de subdesenvolvimento, permanecendo essencialmente agrárias. Mais do que isto, sua relação com o mercado externo permaneceria extremamente desigual, porque fundada numa troca de mercadorias com níveis diferentes de produtividade. De acordo com a teoria da troca desigual, de Arghiri Emmanuel, os países da periferia davam mais trabalho em troca de menos trabalho. Ou seja: o intercâmbio entre centro e periferia não obedece ao princípio da troca de equivalentes.

Não sem razão, os teóricos da CEPAL acreditavam que a dinâmica da economia mundial tenderia a aprofundar o desenvolvimento desigual entre o centro e a periferia. Os diferenciais de produtividade entre essas duas economias trabalhavam

em favor dos países centrais, que poderiam tirar vantagens dos incrementos de sua produtividade e, assim, apropriarem-se desigualmente dos ganhos do comércio externo.

Para superar esse estado de coisas, a CEPAL recomendava uma política deliberada de desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que defendia uma reforma agrária, visando uma melhoria na alocação dos recursos produtivos, para assim impedir a evasão dos ganhos de produtividade. Para tanto, como apropriadamente faz notar Guido Mantega, a CEPAL exigia *a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias. Assim, o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, promovendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a canalização dos recursos nacionais para as novas atividades prioritárias. E aqui a CEPAL estava propondo medidas intervencionistas que faziam arrepiar os adeptos do liberalismo econômico do Fundo Monetário Internacional, preocupados com possíveis restrições ao comércio internacional, altamente lucrativos para os países centrais, e ao livre trânsito financeiro. Na verdade, a maior intervenção estatal e o planejamento significavam o fortalecimento das economias locais e um maior poder de barganha em face aos banqueiros internacionais, que lucravam com a fraqueza e o subdesenvolvimento periférico<sup>8</sup>.*

É bem diferente o que hoje pensam os defensores da ALCA. Para estes, o que está em jogo é a liberdade de mercado, portanto, a eliminação do poder de regulação do Estado. E não poderia ser diferente, pois num mundo globalizado, sem fronteiras, diriam eles, não há mais lugar para reservas de mercados; para proteção de empresas domésticas. Informados pela doutrina do

livre mercado, aqueles teóricos argumentam que a proteção de mercados nacionais só traz desvantagens para a sociedade, que tem que arcar com os custos da ineficiência e desperdícios de recursos. Se é assim, a dedução lógica que se segue desta tese só pode ser a seguinte: a proteção das economias nacionais traz mais prejuízos do que benefícios para a sociedade. Viva a liberdade de mercado!

### 3. A ALCA E A CEPAL: DOIS DISCURSOS CONFLITANTES

Por que o discurso da ALCA é tão radicalmente diferente daquele defendido pelos cepalinos? Não seria talvez pelo fato de que os conceitos e as formas da economia cepalina foram superadas pelo tempo? Se isto é verdade, então, as preocupações da CEPAL já não satisfazem as interrogações do presente? Novos tempos, novas exigências! Será isto mesmo? Será que o mundo mudou tanto assim, a ponto de exigir o fim da economia política da CEPAL?

De alguma forma, a seção precedente antecipou a resposta às questões acima formuladas. Cabe aqui apenas desdobrar o que está implícito no discurso anterior.

Como ponto de partida da argumentação, é obvio que a economia brasileira, hoje, é bem diferente do que ela era há cinqüenta anos atrás, quando foi criada a CEPAL. Talvez seja esta razão por que aqueles dois discursos são tão diferentes. Entretanto, as mudanças pelas quais passou a economia brasileira foram muito mais quantitativas do que mesmo qualitativas. Como há cinqüenta anos atrás, o Brasil continua sendo ainda basicamente um exportador de produtos primários, a despeito da diversificação de sua pauta de exportação. A reforma agrária, mais do que nunca, permanece apenas como uma exigência moral, na cabeça da elite brasileira; não saiu do papel. Os desequilíbrios setoriais e regionais entre as economias latino-americanas e a dos Estados Unidos se agravaram. Para se ter uma idéia dos diferenciais de produtividade que separam essas duas economias, a

economia norte-americana é hoje 23 vezes mais produtiva do que a média das economias latino-americanas.

Essas diferenças são mais gritantes quando se compara os Produtos Interno Bruto. Os Estados Unidos respondem por 80% do PIB do território abrangido pela ALCA. E o que é mais grave: a participação do Brasil no comércio mundial caiu de 1,3%, para 0,84%. Ora, eram justamente essas desigualdades de que falava a CEPAL. Os problemas infra-estruturais permanecem de pé. A dependência externa não diminui, pelo contrário, aumentou e assumiu novas determinações. Se é assim, então, como se explica que o discurso da CEPAL seja tão diferente daquele defendido pelos que advogam a criação da ALCA?

A razão de tal diferença só pode ser uma: são dois discursos que respondem a diferentes interesses. Realmente, o discurso dos cepalinos emerge com a pretensão não só de explicar a realidade de sua época, mas, acima de tudo, julgá-la e, assim, antecipar teoricamente um horizonte possível para uma práxis transformadora do mundo de então. Esse pensamento é, portanto, normativo, pois nasce como razão crítica de sua época.

É bem diferente o que se passa com o discurso dos teóricos da ALCA. Estes não pretendem mais transformar a sociedade. Seu interesse é ensinar as pessoas a se adaptarem ao existente e aceitar seus valores e representações como evidências inquestionáveis de um mundo que não tem mais futuro. Trata-se, portanto, de um pensamento pragmático; de um pensamento que não mais pergunta pelo que pode ser diferente do que é; de um pensamento meramente propositivo.

Para os defensores da ALCA, portanto, o que está em jogo não é mais a construção de uma nova economia, como assim pensava a CEPAL. Por isso, são contra as políticas que defendem uma concepção de Estado, enquanto instituição universal e enquanto mediação necessária para construir um mundo novo, diferente do existente. No lugar do fortalecimento do

poder disciplinador e regulador do Estado, pregam a fragmentação e a privatização das funções públicas, ao mesmo tempo em que também louvam a erosão da ordem constitucional universal e geral. Contra a concepção de um Estado autônomo soberano, aceitam a sua submissão à irracionalidade dos mercados financeiros, que obriga os estados-nações a leiloarem o patrimônio público em troca de alguns investimentos.

Conclusão: para os defensores da ALCA o que importa não é mais a construção de um mundo novo diferente do existente. Acreditam que o futuro fez-se presente; portanto, não há mais espaço para a história. Dessa forma, o que está em jogo hoje é a aceitação do existente, do que é em contraposição do que deveria ser.

Neste sentido, o pensamento contemporâneo é um pensamento pragmático, voltado para o presente imediato. Trata-se de uma forma de pensamento que recusa a compreensão da realidade, para se aferrar às certezas imediatas produzidas pela práxis de todos os dias dos boletins estatísticos do movimento da bolsa e outros papéis. É bem diferente o que pensavam os teóricos da CEPAL. Para estes o que estava em jogo era a elaboração de uma teoria que desse conta das características singulares das economias latino-americanas. O que estava em jogo era, portanto, produzir uma teoria que explicasse as razões do atraso e do subdesenvolvimento da periferia capitalista. Seu grande mérito foi, por conseguinte, mostrar que os efeitos das transações internacionais eram ampliar o fosso que separava as economias centrais das economias periféricas. Assim, a tese da deterioração do intercâmbio tornou-se, como bem faz notar Mantega, a *pièce resistance* da teoria cepalina, confrontando-a diretamente com a Teoria das Vantagens Comparativas, sobre a qual, hoje, se apóiam os teóricos da ALCA, para justificar sua defesa da liberdade de mercado.

#### 4. ALCA, CIENCIA, IDEOLOGIA E LUTA DE CLASSES

Para os teóricos da ALCA, o pensamento cepalino pertence ao passado, a um tempo em que predominava a produção de massa: produtos e serviços muito semelhantes. Num mundo assim, dizem os novos filisteus, praticamente não havia concorrência. Era um mundo em que as empresas não tinham porque se preocupar em ganhar clientes. Nem teriam motivos para perder tempo em atrair novos consumidores, se para estes era indiferente comprar da empresa A ou da empresa B. Afinal de contas, ambas produzem o mesmo produto, com as mesmas características, com as mesmas condições de pagamento etc.

Esse mundo ficou para trás; coisa do passado. As novas tecnologias, cada vez mais avançadas, e a derrubada das fronteiras entre os mercados nacionais sacudiram a ordem cultural, social e econômica, na qual viviam os teóricos da CEPAL. O que passa a valer, doravante, não é mais o que permanece, mas, sim, o que muda constantemente, o que aparece e desaparece sem deixar vestígio do que fora. Nada pode durar muito. Num mundo assim, berram os defensores da ALCA, ninguém pode saber o que virá amanhã. Conseqüentemente, a palavra de ordem que todos devem obedecer é uma só: competir para não ser engolido pelos outros.

Mas o que os teóricos da ALCA não dizem é o que está por trás de sua defesa intransigente da abertura dos mercados nacionais. Sua insistência em defender a abertura indiscriminada das economias latino-americanas é, na verdade, uma cortina de fumaça, para esconder o caráter de classe de suas idéias. Um projeto de classe articulado pelas principais potências do mundo.

Isto é muito claro quando se tem presente que a ALCA é produto da globalização. Em *A Mundialização do Capital*, Chesnais demonstra o caráter de classe da globalização, quando esclarece que se trata de um fenômeno que tem como conseqüência a perda, para a

*esmagadora maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente auto-centrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias, não são conseqüência mecânica da globalização, intervindo como processo externo, sempre mais coercitivo, impondo a cada país, a seus partidos e a seus governos uma determinada linha de conduta. Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Regan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente* <sup>9</sup>.

Um exemplo desse projeto de classe é o que se convencionou chamar de projeto Chile. Nascido nos anos setenta, este projeto deixa claro como se tecem e são arquitetados os interesses de classe. Desenvolvido na universidade de Chicago, esse projeto *formou toda uma geração de economistas chilenos que viriam a ocupar os mais altos postos econômicos na ditadura do Gal. Pinochet [...]. O projeto Chile foi concebido e concretizado por três atores principais: o governo dos Estados Unidos, através dos seus programas de ajuda externa; a Universidade de Chicago, através do Departamento de Economia, especialmente os professores mais representativos do que se poderia chamar a atração de Chicago; e a Universidade Católica do Chile, junto com um grupo de empresários conservadores, defensores das idéias do livre mercado e empenhados em vê-las adotadas no país* <sup>10</sup>.

É esse alinhamento doutrinário às

teorias liberais que defendem os teóricos entusiastas da ALCA. Seu projeto pretende sepultar para sempre as teorias cepalinas que, no passado, fomentaram a criação de uma produção original de grande relevância teórica e política para a América Latina. A ALCA será o fim do que um dia veio a ser a economia política da CEPAL e a sociologia crítica que ela tornou possível. É preciso varrer da memória da história, aqueles tempos em que se promovia intensamente a discussão do desenvolvimento no âmbito da sociedade, se estimulava a ciência social local a acolher e a fazer progredir aquela especialidade sociológica e a fazer com que ela ecoasse social e politicamente com uma espécie de aval científico [...]. A produção sociológica latino-americana, por exemplo, se dedicou, é verdade, à questão do desenvolvimento, mas não tardou a começar a produzir uma sociologia crítica a respeito, primeiro timidamente como sociologia do subdesenvolvimento, depois enquanto sociologia da heteronomia ou dependência e mais adiante com a formulação explícita e teoricamente fundamentada do desenvolvimento enquanto ideologia <sup>11</sup>.

A ALCA não só pretende um alinhamento teórico-doutrinário. Mais do que isto, os defensores da nova doutrina do livre comércio pretendem decretar o fim da soberania nacional, o fim dos estados-nação. De fato, uma análise rápida dos grupos de negociação e do conteúdo de suas agendas revela o que Przerwoki já anunciava na década de 80: **libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia.**

A formação desses grupos é, na verdade, a liquidação de todas as formas de atividade política. É a destruição de todo e qualquer mecanismo de controle político do processo de acumulação. Apoiando-se nas pesquisas realizadas por Maude Barlow, Altamiro Borges assim descreve cada um desses grupos:

#### **1- Grupo de Negociações em Serviços.**

*Sua meta é "estabelecer matérias para*

*liberalizar progressivamente o comércio de serviços, visando o avanço de uma área de livre comércio no hemisfério". O grupo pretende compatibilizar no continente as normas do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS). Segundo Maude, "o GATS está incumbido de restringir ações dos governos quanto a serviços, por meio de um conjunto de limitações legalmente obrigatórias, reforçadas por sanções comerciais com execução obrigatória pela OMC. Seu objetivo fundamental é frear todos os níveis de governo na distribuição de serviços e facilitar o acesso das empresas transnacionais aos contratos do governo em diversos setores". Para ela, "o verdadeiro objetivo desta carga de serviço/investimentos é reduzir ou destruir a capacidade dos governos do hemisfério de fornecerem serviços com financiamento público (considerados 'monopólios' no mundo do comércio internacional)".*

**2- Grupo de Negociação em Investimentos.** *Seu objetivo é criar uma estrutura legal "visando incentivar o investimento por meio da criação de um ambiente estável e previsível que proteja o investidor, seu investimento e movimentos afins, sem criar obstáculos aos investimentos provenientes do exterior". Seu ponto de partida é o Capítulo 11 do Nafta, que "concede à empresa o direito de mover ação para compensação de lucros perdidos atuais e futuros devidos às ações do governo, não importa quão legais possam ser estas ações ou qual o objetivo com que foram iniciadas".*

**3 - Grupo de Negociação de Contratos Públicos de Governo.** *Seu objetivo é explícito: "Aumentar o acesso aos mercados dos contratos públicos nos países da ALCA". Este grupo já impôs "a não discriminação dos contratos públicos" e a revisão "na resolução de queixas referentes a contratos públicos". Segundo Maude, seu "objetivo é impedir que os governos fomentem o desenvolvimento econômico doméstico quando compram mercadorias", o que resultaria em enormes prejuízos às empresas nacionais fornecedoras de*

mercadorias. Ele inclusive já solicitou um inventário dos sistemas pertinentes de classificação internacional e uma compilação das estatísticas de contratos públicos de cada governo.

**4 - Grupo de Negociação sobre Acesso aos Mercados.** O seu objetivo é apresentar uma metodologia para eliminar todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao "livre comércio" e fixar o ritmo da redução destas barreiras. Pelas negociações em cursos, esta liberalização atingiria mercadorias, serviços e capital. As leis de proteção à economia nacional passariam a ser analisadas por este grupo. Citando o Acordo sobre Obstáculos Técnicos a Comércio (OTC), aprovado na OMC, Maude afirma que tal medida exigirá que "uma nação deve estar preparada para provar, quando desafiada, que suas normas ambientais e de segurança são 'necessária' e o modo 'menos restritivo para o comércio' de alcançar metas desejadas de conservação, segurança dos alimentos ou nível de saúde".

**5 - Grupo de Negociação para a Agricultura.** A sua missão é eliminar subsídios agrícolas que afetem o comércio no hemisfério, conforme o Acordo Agrícola (AA) da OMC. Esta norma estabelece regras sobre o comércio de alimentos e limitam as políticas nacionais, restringindo o apoio aos agricultores, a manutenção de estoques de emergência de produtos alimentícios e as medidas de segurança alimentar que garantam a sobrevivência das populações carentes.

**6 - Grupo de Negociação sobre Direitos de Propriedade Intelectual.** Visa submeter os países do continente ao Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (DPIRC), que vigora desde janeiro de 2000. Esse acordo estabelece normas globais, de execução obrigatória, sobre patentes, direitos autorais e marcas registradas. Ele ampliou o conceito inicial de proteção às invenções originais e atualmente permite patentear sementes, plantas e animais. Para Maude, ele "privilegia os direitos

privados das empresas em relação aos direitos das comunidades locais de sua herança genética e de medicamentos tradicionais". Ultimamente, o DPIRC vem sendo duramente questionado por impedir que vários governos forneçam medicamentos genéricos mais baratos e coquetéis aos aidéticos.

**7 - Grupo de Negociação sobre Subsídio, Antidumping e Direitos de Compensação.** Objetiva ampliar "as leis de recurso, visando não criar obstáculos injustificados ao comércio do hemisfério". O acordo da OMC sobre este tema já estabelece limites aos governos no que se refere aos subsídios à agricultura e à indústria. O objetivo do grupo é o de padronizar e ampliar as medidas no âmbito da ALCA.

**8 - Grupo de Negociação sobre a Política de Competição.** Sua missão é "garantir que os benefícios do processo de liberalização da ALCA não sejam prejudicados por práticas comerciais anticompetitivas". Este grupo está empenhado em "desenvolver mecanismos que facilitem e fomentem a política de competição e garantam a execução obrigatória de regulamentos sobre competição livre entre e dentro dos países do hemisfério".

**9 - Grupo de Negociação sobre Resolução de Disputas.** O seu objetivo é apresentar mecanismos de solução de conflitos entre os países da ALCA, criando maneiras de "facilitar e fomentar a utilização de arbitragem e outros mecanismos alternativos de solução de disputas, para resolver as controvérsias particulares na estrutura da ALCA". Segundo Maude, no Órgão de Resolução de Disputas da OMC, já em funcionamento, "um país que atue freqüentemente em favor dos seus próprios interesses empresariais pode contestar as leis, as políticas e os programas de outro país e derrubar suas leis internas. O país que perde tem três opções; alterar sua lei para se ajustar à decisão da OMC, pagar ao país vencedor uma indenização permanente em dinheiro ou enfrentar sanções severas e permanentes do país vencedor. Dezenas de

*leis sobre saúde, segurança de alimentos e meio ambiente dos estados-nações têm sido derrubadas por meio deste processo da OMC. Desnecessário dizer que as decisões afetam os países pobres de forma diferente dos países ricos”.*

#### Referências bibliográficas

- 1 Palestra proferida por ocasião do 1º encontro de ciência política, ocorrido nos dias 15 e 16 de janeiro de 2003. Este encontro foi realizado pelo departamento de Ciências Sociais da UFC, que intitulou o intitulo de Tensões Mundiais. Todos os textos apresentados no encontro deverão compor um livro que será editado em 2003.
- 2 Economista, professor da UECE e da Unifor, professor permanente do Mestrado de História da UFC.
- 3 Ver Teixeira, Francisco José Soares. *O Capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política*. In *A Obra*

- Teórica de Marx: atualidades, problemas e interrogações*. - São Paulo: Editora Xamã, 2000.
- 4 *Jornal do COFECON*, ano 3, nº 8.
- 5 Przeworsky, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989; p. 258/9]
- 6 *Idem*. *Ibidem.*, p. 258/9.
- 7 Ricardo, David. *Princípios de Economia Política e Tributação* - São Paulo: Nova Cultural, 1985; p. 104.
- 8 Mantega, Guido. *A Economia Política Brasileira* - Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1984; p. 39.
- 9 Chesnais, François. *A Mundialização do Capital* - São Paulo: Editora Xamã, 1996. p.34
- 10 Miriam Limoeiro-Cardoso, *Ideologia da Globalização e (Des)caminhos da Ciência Social*, in *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*.- Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3 ed., 1999;121.
- 11 *Idem*, *ibidem*; p.119

# Trabalho escravo nas tropeadas do sertão

por Solimar Oliveira Lima

Durante longos anos o Nordeste era o litoral. Na costa, banhada por um oceano que insistia em desembarcar moradores, desenvolvia-se, entre a maioria dos habitantes, uma vida acanhada, menos lusitana e mais nativa. A riqueza gerada pelo açúcar concentrava-se em torno de casas que apesar de grandes pareciam perdidas na imensidão de terras verdes das canas e matas virgens. Os rentáveis engenhos faziam prosperar uma parte do Novo Mundo e a opulência de seus senhores. As naus abarrotadas singravam os mares em idas e vindas, e com uma velocidade mansa tornavam o Brasil mais distante da maresia. O fausto dos engenhos fez nascer a pobreza sertaneja.

A disputa por terra entre gado e cana afastou alguns senhores do fértil litoral. Os

animais, tão necessários a produção açucareira, resistiram ao confinamento de sobras de canaviais. Criadores e rebanhos adentraram, então, no inóspito e vasto território dos sertões. As terras apartadas do litoral, como os coevos as denominavam, não resistiram aos obstinados desbravadores. Em pouco tempo rês e vaqueiro estavam tão incorporadas às paisagens como o sol e a seca. Os campos, apesar de abundantes, oferecia pouco quase todo o ano. Homens viviam miseravelmente, feito *tapuias*, e os rebanhos faziam do solo árido campos de engorda e reprodução.

Lentamente, as terras foram ganhando mais fazendas, rebanhos, gentes e vilas. Na região pastoril do São Francisco ao Piauí, dos *campos mimosos* germinaram

as fortunas dos fazendeiros. Do gado tudo se extraía, da pele ao osso, couro, sedém, carne verde e seca, sebo, graxa... Em pouco tempo, do gado tudo se vendia. A exploração econômica do rebanho foi, por séculos, o único elo entre o sertão e o Brasil.

Os rebanhos foram fecundos. Grandes fazendas e cidades constituíram-se a partir do criatório e comercialização. Exemplos são a primeira capital do Piauí, Oeiras, originada de uma fazenda e Juazeiro, na Bahia, de um pasto de descanso de boiadas e tropeiros. Uma das atividades decorrentes do pastoreio era a *tropeada*, e apresentava-se como essencial para a realização da produção, uma vez que era responsável pela circulação da mercadoria. A tropeada consistia, portanto, no transporte de animais para os mercados. No caso da pecuária piauiense, encontravam-se, no Nordeste, especialmente, nos estados da Bahia e Pernambuco e Maranhão. Sendo pois, esta atividade a da comercialização do rebanho, recebeu, desde cedo, tratamento especial dos criadores. Os cuidados começavam pela formação das boiadas e estendiam-se pela mão-de-obra empregada no traslado.

Caso ilustrativo era a comercialização de gado bovino e cavalariço das fazendas públicas. O comércio de *bois escolhidos entre os melhores, gordos e prontos para abate*, pelo menos até 1823, era realizado diretamente com o comprador arrematante na Bahia. O administrador das fazendas nomeava um *passador* que levava as boiadas até a feira de Salvador. Nos anos seguintes, o gado passou a ser arrematado em Oeiras e os compradores se encarregavam do transporte para o mercado consumidor. O transporte de animais para Salvador era um empreendimento que parecia tão lucrativo quanto desastroso. Para cada boi vendido na feira, "perdia-se" um na viagem. Havia desvio de produção e perdas com animais vitimados por comerem plantas venenosas, ataques de insetos, cobras e onças, além de muitos morrerem pelo cansaço da longa viagem que durava, em média, 47 dias.

Vejamos parte de um relatório do passador José Pereira Cunha, criador de uma das fazendas da Nação, de uma boiada das fazendas públicas, de 1794, composta de 251 bois da nação e 25 de sua propriedade. Saindo da Fazenda Serrinha, a tropa enveredou pelos sertões do Piauí, Pernambuco e Bahia. O encarregado declarou que "em um arranco que teve a mesma boiada na Fazenda Buriti fugiram quatro bois, em outro arranco saindo da Jacobina estando a boiada em marcha fugiram dois e ao chegar ao Pasto do sargento Manoel Barbosa fugiu um, na Ladeira da Pimenta fugiu outro que fazem por todos oito fugidos (...) Na fazenda Buriti matara um boi para matulagem, na Rajada matara outro, no Tamboatá, matara outro e no Tanque Paulista outro, vindo a ser quatro o que matara para matulagem (...) Na fazenda das Lages morreram dois bois, na Pinda morreram dois, e ao chegar na Boca da Catinga morreu um, no curral da Tamboatá morreram dois, no curral da Água Funda morreu um, nas Lagoinhas morreram dois e no campo da feira morreu um, que fazem por todos 17 bois mortos (...) Na passagem do rio São Francisco, o Procurador Antônio Duarte refugara sete bois caxingós e cansados, o Procurador da Jacobina Manoel Fernandes refugara por estarem da mesma sorte 27 bois, o Procurador de Itaperú José Antunes refugara 22, o Procurador do Saco do Moura Apolinário da Silva refugara sete e o Procurador do Cajueiro Pedro Ribeiro refugara dois, que por todos fazem 65 os bois refugados (...) No rio do Peixe vendera quatro bois que não puderam caminhar por cansados, no Papagaio vendera da mesma sorte seis, da mesma forma no Tamboatá vendera seis, vendera também 10 em Água Fria por cansados, em Água Funda vendera da mesma forma cinco que por todos fazem 31 os bois vendidos (...) entre os bois fugidos, matulagem, mortos, refugados e vendidos fazem todos o número de 125 restando somente da dita boiada 126 bois com os quais chegara a feira e fizera deles entrega ao marchante José Francisco

arrematador deles em presença do Capitão Manoel Henrique de Carvalho os quais a 4\$800 réis o preço de arrematação importam em 604\$800 réis”.

A tropa do passador José Cunha era formada por cinco cavalos, cinco trabalhadores escravizados e quatro livres, todos tidos como vaqueiros. Eram escravizados o *guia* da tropa, três *cargueiros* e dois *tangedores*. Os livres, eram um índio, um mameluco e um crioulo, todos como *tangedores*, contratados a 12\$000. Acompanhavam ainda a tropa, cinco cavalos. No percurso até Salvados, dois cavalos haviam morrido e um tinha sido furtado. Um trabalhador escravizado tinha ficado doente, “com inchaços” atribuídos a cansaços. Decerto, não era uma viagem fácil. Boa parte do trajeto era realizada pelos trabalhadores escravizados a pé e descalços. Os tropeiros queixaram-se dos calores decorrentes de um ano de poucas chuvas (quando ocorria muita chuva, as reclamações costumavam ser sobre as dificuldades de se atravessar terrenos alagadiços e rios com “enchentes”, onde muitos animais e trabalhadores corriam risco de afogamento). O rebanho era vigiado dia e noite para evitar ataques de animais e arrancos que quando aconteciam em campos abertos exigiam muita perícia e esforço dos trabalhadores para reorganizar a boiada. Poucas horas do dia eram reservadas ao descanso e, à noite, eram feitos rodízios de sentinelas. As pausas maiores destinavam-se às refeições. A alimentação da tropa era composta basicamente de carne-seca assada e farinha. Somente em Salvador é que os tropeiros incorporaram o feijão à dieta. Foram consumidos quatro bois da boiada e comprados, pelas fazendas por onde passaram, alqueires de farinha, sal, milho, este último para os cavalos. Os gastos com a tropeada totalizaram 51\$500 réis, cerca de 8% do valor recebido com a venda dos animais.

Este é um exemplo que aponta para a importância do trabalho de cativos nas tropeadas. Havia a presença do trabalhador

escravizado e a incorporação não era de forma acessória. Das tropeadas especializadas em gado *vacum* e cavalariço, os trabalhadores nelas incorporados passaram ao sistemático movimento de circulação de mercadorias diversas entre cidades e regiões. Mais, especializam-se na atividade, desvinculando-se de outras ocupações desenvolvidas. Pela natureza da atividade, era exclusivamente masculina. Os tropeiros viviam do comércio, de compra e venda dos mais diferentes produtos. Foram responsáveis pelo, quase invisível, comércio interno e representavam, a época, grande avanço na ampliação de mercados e velocidade dos meios de transporte e comunicação. A estrutura social em formação exigia meios modernos e abundantes frente as demandas crescentes das populações espalhadas pelos mais recônditos mercados, especialmente os mais *desenvolvidos* pela intensa circulação monetária.

Das fazendas, pequenos povoados e vilas seguiam produtos como farinha, milho, feijão, melado, aguardente, couros. Os animais partiam ainda na madrugada, com suas *cangalhas* pesadas para destinos perto ou longe e costumavam retornar, após dias ou meses, ao entardecer, na *boca da noite*. Traziam em seus fardos o que o pequeno e grande dinheiro podiam comprar. Abasteciam pobres e ricos com remédios, fumo, açúcar, tecidos grossos, seda e linho, louças, ornamentos para casas, senhores e senhoras e *quiquinharias de enfeites para as mulheres da rua de traz*, estes, talvez, barganhados por uma noite de sexo.

Tropeiros abasteciam, também, quitandeiros e vendeiros. Compravam as mercadorias a vista ou a prazo, adiantando parte da compra e efetuando o pagamento do restante na viagem seguinte. Assim, as tropas exerciam a função de atacadistas e faziam desenvolver o sistema de crédito, baseado na palavra, fé pública do comprador e, evidentemente, um *recibo de dívida*. Predominavam, e parecem indicar as fontes, neste tipo de negócio, as vendas

de ferramentas e utensílios para atividades produtivas. Talvez pelo elevado preço e dificuldade de se conseguir, facilmente, a matéria prima para a feitura de facas, facões, enxadas e foices.

Tropeiros eram afeitos a boas conversas, como todo bom comerciante. Da simpatia, amizade e preços nasciam os lucros. Isolados pelos sertões, vendedores e compradores, não raro reclamavam dos valores impostos. Os comerciantes das mulas e cavalos, já indicavam dominar a regra básica da atividade, comprar barato e vender caro. Indicavam, também, saber utilizar de um trabalho comum em todas as regiões visitadas. As tropas incorporavam negros escravizados e libertos. Costumava-se, sobretudo, utilizar o recurso de *aluguel*. No caso de cativos, o contrato era realizado com o *proprietário* do trabalhador, diferindo da relação desenvolvida com forros, negociação direta. Infelizmente, não temos referência a valores. Certamente dependiam das distancias e tempo de viagem e deviam ser diferenciados quanto a natureza do trabalho e trabalhador. No que respeita a ocupação, eram, salvo engano, todos, carregadores e tangedores.

É crível que o trabalhador escravizado das tropeadas estivessem submetidos as mesmas leis vigentes na sociedade escravista: dominação, exploração e disciplina. Evidentemente, tratando-se da atividade e da "liberdade" propiciada, especificidades deviam compor o quadro das relações sociais ali desenvolvidas. É certo, porém, que cabia ao conjunto da sociedade o controle dos trabalhadores, assim como era exercido na pecuária e cidades.

Os trabalhadores escravizados e forros, não raro, eram alugados para acompanhar viajantes em percursos considerados longos ou *viagens inconvenientes*. Formava-se assim uma pequena tropa para viabilizar o transporte dos pertences e a segurança do passageiro. Contudo, era comum os viajantes somarem-se as tropas em seus percursos rotineiros, onde o *tropeiro condutor* cobrava uma

quantia pela companhia.

As tropas não eram exclusivas ao comercio entre cidades. Muitas possuíam um ou dois proprietários de animais de cargas que eram especializados, especificamente, no traslado de mercadorias de fazendas ou sítios para a sede do município. A atividade era mais intensa nos períodos de estiagens prolongadas, quando havia uma redução significativa de produção agrícola. A farinha, passava a ser o principal produto do estrito comercio interno. Em algumas vilas com maiores dificuldades de abastecimento, chegava a existir, tropas especializadas no abastecimento de água *própria para o consumo*.

Com estas atribuições, podemos, sem exagero, afirmar que as tropas e tropeiros carregaram, por longos anos, o que era preciso para o desenvolvimento e modernidade dos sertões do Piauí, especialmente dinheiro e idéias. Ainda que nas passadas de animais. Este é, sem duvida, um tema que merece estudo aprofundado e debates.

Doutor em História, professor do Departamento de Ciências Econômicas-UFPI, pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência-IFARDÁ

Expediente:

INFORME ECONÔMICO

Ano 8 - Nº 16 - Agosto/Setembro/Outubro 2004

Reitor: Prof. Pedro Leopoldino Ferreira Filho

Diretor CCHL: Prof. Antonio Fonseca Neto

Chefe de Departamento: Prof. Edson José de C. Lima

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas: Prof.

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas"

Coordenação: Econ. Enoísa Veras

Conselho Editorial: Prof. Antonio Carlos de Andrade /

Prof. Maria do Socorro Lira Monteriro / Prof. Samuel

Costa Filho

Projeto Gráfico: MHeN Comunicação e Marketing

Jornalista Responsável: Neulza Bangoim

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: GRAFISSET 212-2177

Distribuição Gratuita

Endereço para Correspondência: Universidade Federal

do Piauí - CCHL - Campus Ininga - Teresina-PI

CEP.:64.049-550 Fone: 86 215-5788 / 5789 / 5790

Fax.: 86 215-5697

Site: [www.ufpi.br/economia](http://www.ufpi.br/economia)

O novo projeto gráfico é um patrocínio da UFPI e CORECON

# Valoração de recursos ambientais

por João Soares da Silva Filho

## INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A inclusão da questão ambiental na agenda mundial se intensificou a partir da segunda metade do século XX, onde surgiram movimentos em vários níveis discutindo a importância do cuidado com os recursos naturais – suporte da existência humana. A evolução da discussão levou a uma evolução teórica de qual seria a responsabilidade social garantidora da manutenção dos fluxos de energia (homeostase<sup>1</sup>, transformação de energia, *inputs*<sup>2</sup> e *outputs*<sup>3</sup> de energia, etc.).

O meio ambiente passa então de uma posição passiva – de cenário para o desenrolar das atividades humanas – para uma outra de componente dessas atividades. Daí a necessidade de se avaliar sua importância de forma menos romanesca e mais prática. A ciência econômica contribuiu para essa valoração através do seu instrumental teórico, principalmente do arcabouço neoclássico, onde preços foram atribuídos aos benefícios fornecidos pela natureza, e não só a isso, mas também à sua própria existência.

A valoração da natureza pode ser baseada em aspectos éticos, econômicos, ecológicos e políticos de uma sociedade. Moura (2000) afirma que um dos maiores problemas para a economia ambiental é estabelecer valores para bens ambientais, tais como qualidade do ar, das águas e dos recursos naturais. Por não serem bens comercializados no mercado, sua valoração não é facilmente aceita pelas pessoas, embora desejem ter os benefícios que esses bens promovem. Assim, a valoração se sustenta na disponibilidade das pessoas a pagar por esse *serviço* da natureza.

Ainda na perspectiva da economia

ambiental de valoração, se reconhece a forma redutora com que a economia tradicional trata a questão ambiental. Negret (1994, p.171-172), reportando-se a Winpenny, cita três funções ou serviços que são realizados pelos “valores da natureza” ausentes do cômputo das avaliações tradicionais. Nessa abordagem da economia ambiental, a natureza figura como: Sustento da vida; Fornecedora de matérias-primas e energia; Receptora de resíduos.

Segundo Mota (2001), a valoração dos recursos naturais pode ser justificada pelos seguintes aspectos:

Ótica da sustentabilidade biológica; Ótica da sustentabilidade ecológica; Como estratégia de defesa do capital natural; Como subsídio à gestão ambiental; Enfoque nos aspectos econômicos.

## 1. VALOR DA NATUREZA

Ao fornecer o arcabouço teórico e conceitual às experiências mais bem sucedidas na mensuração do valor de um bem ambiental, a economia neoclássica foi adotada e difundida no meio acadêmico como uma alternativa eficiente nessa proposição.

É dessa abordagem, repousante na “soberania do consumidor”, que se constroem os pilares da valoração da natureza. Algumas categorias de valor são consensuais entre os vários autores que tratam do tema:

Valor de Uso Direto, que é utilizado na produção ou consumo correntes;

Valor de Uso Indireto, que são os serviços ecossistêmicos, que amparam a produção ou consumo;

Valor de Opção, é o benefício proporcionado pelo uso futuro do recurso, baseado no valor esperado (futuro) e

disposição a pagar das pessoas;

Valor de Existência, é o que se dispõe a pagar pelo não uso dos recursos naturais. Refere-se a questões morais, culturais, éticas ou altruístas.

As três primeiras categorias referem-se a valores de uso e a última a valor de não-uso.

Borger (1995, p.17) partilha dessa idéia de valor, porém agrega uma outra categoria ao valor de não-uso. Para ela, existe ainda um Valor de Quase Opção, que seria "o valor das informações futuras, como por exemplo, novas descobertas tecnológicas, novos conhecimentos sobre espécies de flora e fauna, sítios arqueológicos, que podem possibilitar novos usos, e que dependendo das escolhas anteriores podem ser inviabilizados se os danos causados forem irreversíveis."

## 2. METODOLOGIAS DE VALORAÇÃO

As metodologias de valoração podem ser apresentadas sob diferentes nomenclaturas, porém os métodos costumam ser bastante uniformes. Por exemplo, no seu estudo, Borger (1995) utiliza as expressões Mercado Convencional, Mercado Substituto e Mercado Hipotético; Seroa da Motta (1998) já classifica os métodos em função de produção (métodos da produtividade marginal e de mercados de bens substitutos- reposição, gastos defensivos e custos de controle) e função de demanda (métodos de mercados de bens complementares-preços hedônicos e do custo de viagem-e de valoração contingente).

Utilizando a definição de Maia (2002), têm-se métodos diretos (obtidos diretamente dos consumidores através de suas disposições a pagar (DAP) por um bem/serviço ambiental) e métodos indiretos (utilizam-se do sistema de alteração nos

preços dos produtos no mercado devido a mudanças ambientais). No Gráfico abaixo, ilustra-se esses métodos de valoração e seus instrumentos de análise:

### 2.1 Disposição a Pagar Direta

Através de questionamento individual, estima-se o valor que a população atribui a um determinado bem ambiental. Através desse método pode-se alcançar tantos os valores de uso quanto os de existência.

O principal instrumento desse método é a Avaliação Contingente, onde as pessoas são inquiridas sobre suas disposições a pagar por determinado benefício, ou sua disposição a receber para aceitar alterações na provisão de um bem/serviço ambiental.

### 2.2 Disposição a Pagar Indireta

Neste caso a disposição a pagar é tida através de um mercado de bens complementares, que dará informações sobre a demanda pelo bem/serviço ambiental. Os métodos indiretos mais conhecidos são:

Preços Hedônicos<sup>4</sup> – supõe que as características ambientais irão interferir nos benefícios que determinada população receberia, afetando inclusive o seu preço de mercado. Normalmente relaciona o bem/serviço ambiental a bens privados. Por exemplo, o preço de uma propriedade pode ser afetado pela qualidade do solo, do ar, da proximidade a

um sítio arqueológico;

Custo de Viagem – largamente utilizado na valoração de sítios naturais para visitação pública, esse método considera os gastos dos visitantes para deslocar-se ao sítio, incluindo despesas de transporte, tempo de viagem, ingresso, entre outros. É feito através de questionários aplicados a uma amostra da população no local da visitação.

### 2.3 Produtividade Marginal



Gráfico 1. Métodos de Valoração Ambiental, segundo Maia (2002).

Esse método atribui um valor de uso ao bem/serviço da natureza relacionando sua quantidade ou qualidade à produção de outro produto com preço definido no mercado. Por tratar-se de uma *função dose-resposta*<sup>5</sup>, permite avaliar o impacto da variação da oferta de um bem/serviço ambiental no sistema produtivo.

#### 2.4 Mercado de Bens Substitutos

Esse método parte do pressuposto que quando da perda de qualidade ou escassez do bem/serviço ambiental, irá aumentar a procura por substitutos na tentativa de manter-se o mesmo nível de bem estar da população. Como representantes desse método, temos:

**Custos evitados** – estima o valor ambiental através dos gastos com atividades defensivas substitutas ou complementares. Por exemplo, tomemos a disposição a pagar por água descontaminada, ou itens de segurança em automóveis;

**Custo de Controle** – considera o custo para evitar a variação do bem ambiental e manter a qualidade dos benefícios gerados à população;

**Custo de Reposição** – estima o custo de reposição ou reparo de um bem ambiental depois que este é danificado, através do sistema de preços de mercado;

**Custo de Oportunidade** – refere-se ao conjunto de atividades que poderiam estar sendo desenvolvidas na área, em detrimento da conservação do bem ambiental. Seriam as perdas econômicas pelo não-uso de área sob proteção.

Mesmo diante de um quadro conceitual bastante difundido e largamente aceito, a abordagem neoclássica ainda esbarra em limitações, principalmente de ordem filosófica.

Segundo Mota (2001, p.87),  
*“Utilizando-se do raciocínio sistêmico, os ativos naturais não podem ser vistos somente pela abordagem utilitarista antropocêntrica. A natureza também tem direitos, os animais têm direito à vida e as plantas têm direito à existência. Então, preço e valor, nesse enfoque, não*

*representam uma igualdade. (...) Desse modo, a expressão do valor é  $v = \text{sinal de preço} + \text{parcela intangível}$ .”*

Têm-se, portanto que o valor de um recurso ambiental não pode ser medido com precisão, uma vez que cada método apresenta pressupostos por vezes irrealistas e/ou excludentes, que restringem seu uso tanto pelo aspecto metodológico quanto da base informacional que subsidie tal pleito.

#### CONCLUSÃO

A valoração de ativos ambientais tem sido um mecanismo de promoção da conservação, uma vez que retrata – em valores monetários – a importância da manutenção dos bens e serviços prestados pela natureza. Apesar da dificuldade de se alcançar uma estimativa realista de valor, a utilização dos métodos e técnicas de valoração permitem que se tenha alguma aproximação concreta.

A análise desses custos e benefícios, a consideração do seu valor de existência, são elementos que podem auxiliar na tomada de decisões de uso, regulação pública ou fins jurídicos. A abordagem neoclássica, baseada no utilitarismo e na escolha do consumidor, foi aquela que se mostrou mais exequível – segundo a maioria dos teóricos do assunto – numa possível valoração do meio ambiente, daí recair sobre essa Escola, a cessão dos pressupostos que amparam boa parte das análises em economia ambiental.

Dessa forma, ao se efetivar a valoração de uma área qualquer, é de importância crucial um levantamento dos vários elementos disponíveis e do que podem representar – hoje e no futuro – em termos de sustentação da vida em todas as formas. Ainda que seja necessário analisar um componente específico, como a água, por exemplo, é importante lembrar que este elemento não possui uma única função. Além de servir ao consumo humano e animal, mantém formas de vida de forma direta, provê as florestas das condições de existência, fixando animais, que não precisam fugir do seu habitat, causando desequilíbrios em outros sistemas...

<sup>1</sup> Homeostase "é o conjunto de elementos autorreguladores de um sistema aberto [que recebe e exporta energia e que possui subsistemas] que permite manter o estado de equilíbrio do meio ambiente" (MOTA, 2001, p.16).

<sup>2</sup> Seria a energia importada do meio a ser transformada (MOTA, *op. cit.* p. 14). Na economia, pode ser considerados como os insumos necessários à produção.

<sup>3</sup> Representa o que sai do sistema (MOTA, *op. cit.* p. 14). Nas ciências econômicas podem ser os produtos acabados e ainda os resíduos da produção.

<sup>4</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, o hedonismo é uma "doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral".

<sup>5</sup> Segundo Borger (1995, p.24), a função dose-resposta estima "a relação causa e efeito entre o dano e a causa do dano. (...) Para se estimar os custos ou benefícios associados à degradação ou preservação ambiental deve-se: medir o nível de qualidade ou degradação ambiental; estabelecer a função dose-resposta entre o nível de qualidade e os efeitos sobre a saúde, produção e os custos ou benefícios associados à mudança ambiental".

## Referências bibliográficas

1 BORGER, F. G. *Valoração Econômica do Meio Ambiente: aplicação da técnica avaliação contingente no caso da bacia do Guarapiranga*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 1995.

2 MAIA, A. G. *Valoração de recursos ambientais*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

3 MOTA, J. A. *O valor da Natureza: Economia e política dos recursos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

4 MOURA, L. A. A. *Economia Ambiental-gestão de custos e investimento*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2000.

5 NEGRET, R. *Na trilha do desenvolvimento sustentável*. Alto Paraíso: Instituto Transdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável, 1994.

6 SEROA DA MOTTA, R. *Manual para valoração econômica dos recursos ambientais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998

João Soares da Silva Filho é Economista, mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI/TROPEN) e estagiário de Docência no Departamento de Economia/UFPI.  
joaosoaresfilho@hotmail.com

# Ao mestre José Camillo

por Edson José de Castro Lima

A Editoria do Informe Econômico me solicitou que escrevesse um texto sobre o Professor José Camillo da Silveira Filho. Seria uma forma de homenagear, embora tardiamente, o professor ilustre que construiu esta Universidade e nos deixou recentemente. Pensei comigo. Vai ser fácil. Muito se tem a abordar quando se trata de uma figura tão ilustre e de curriculum enciclopédico.

Comecei então a rabiscar... e a destruir rabiscos. Queria ser original e inédito mas tudo que conseguia escrever caía na mesmice. Dizer o que? Apontar que o Professor Camillo foi uma das mais brilhantes inteligências do Estado do Piauí? Isso muita gente já escreveu. Afirmar que a consolidação

da UFPI, como instituição respeitada, foi obra sua? Nada de novo. Lembrar que nunca se respirou tanta liberdade de expressão quanto durante a sua permanência na reitoria da UFPI? Ou que não se conhece nenhuma atitude de perseguição ou revanchismo de sua parte? Enfatizar que ninguém o superou em "Piauiensidade". Como também que foi o grande mestre de todos que tiveram o privilégio de desfrutar de sua convivência instintivamente professoral e naturalmente paternal?

Cheguei então a uma conclusão óbvia: é muito difícil falar sobre unanimidades. Tudo já foi dito e reprisado, por todos os eruditos do Piauí. Assim, qualquer coisa que eu consiga escrever não vai

acrescentar nada à sua biografia ou corresponder à grandeza do tema que me foi proposto. Resta-me, então, como biógrafo menor, externar o orgulho de ter compartilhado de seu convívio e de sua confiança no exercício das sucessivas atribuições que me foram outorgadas numa época em que a UFPI estava consolidando sua implantação. Muitas vezes, através

de monossílabos e de forma fugaz, O Prof. Camillo me passou experiências administrativas e lições de vida que até hoje me auxiliam na atividade de gestão e na convivência fraterna que consigo manter no ambiente de trabalho. Outra constatação: é quase impossível ser grande na UFPI depois do Prof. Camillo.

Prof. Edson José de Castro Lima  
- Chefe do Departamento de  
Ciências Econômicas

# Direito Penal, *Thémis*, *Díke* e o Sermão do Demônio Mudo

Gadafy de Matos Zeidam

É preciso alertar a sociedade para a ofensa dos crimes silenciosos. Ao contrário dos crimes ruidosos, os quais se anunciam ao som das lágrimas e da pólvora, os crimes silenciosos não rugem. Corrupção, sonegação fiscal, apropriação indébita, falsidade ideológica etc. não despertam tanta indignação, pois o silêncio da violência implícita dos crimes silenciosos, ao contrário da violência explícita dos crimes ruidosos, parece não perturbar a ordem socialmente estabelecida. Sem perturbação aparente, não aflora o sentimento da restituição, cerne do direito antigo e base do Direito Penal. Pena é vingança, principalmente, ou seja, sem "*thémis*" não há Direito Penal.

Não se quer restabelecer nem defender o Talião, mas apenas demonstrar que a pronta revolta contra quem rouba uma pulseira num ato de violência explícita, característica dos crimes ruidosos, não encontra similitude nos crimes silenciosos, de violência implícita: uma sonegação fiscal, onde o valor sonegado corresponde amiúde a milhares de pulseiras, não desperta tanta revolta como no caso

anterior. Assim, a restituição penal contra a perturbação da ordem violentada recai quase sempre sobre quem a ofende e explicita a violência de sua ofensa, mas dificilmente sobre quem a ofende silenciosamente, pois é como se a ordem social não se perturbasse diante do silêncio da violência implícita.

E destarte o sonegador faz do silêncio de seu crime o escudo de sua impunidade. "*Thémis*" no conteúdo, a implicação lógica do Direito Penal é simples e antiga, funcionando desde Adão: perturbação implica restituição, ou seja, crime (ofensa da ordem) implica pena. O problema é que, nos casos dos crimes silenciosos, o sentimento de repulsa contra a violação dos cânones sociais tipificados não aflora, e no Direito Penal, excepcionalmente, não basta apenas um processo a desenrolar-se no areópago, a mera forma ou "*díke*", mas, sobretudo "*thémis*".

Deve a sociedade acordar para o silêncio dos crimes que apenas aparentam não perturbar a ordem, mas que respondem por nossa desordem social, reflexo de nossa incapacidade de promover um

desenvolvimento social sadio, uma política fiscal justa, um sistema previdenciário eficaz, enfim, uma sociedade melhor e menos desigual. Deve a sociedade indignar-se contra os crimes silenciosos, repugná-los com igual veemência, alimentar o sentimento de restituição necessário para que o Direito Penal se efetive. O combate de tais crimes não exige apenas a tipificação de condutas ("dike"), mas principalmente revolta ("thémis") diante do enriquecimento ilícito de corruptos e sonegadores.

Para os que ainda não se convencem da gravidade do silêncio, vale lembrar as sábias palavras de Padre Antônio Vieira, no

Sermão do Demônio Mudo, para quem o demônio mudo citado por Lucas (Lc 11:14) merece muito mais vigilância do que o demônio que ruge citado por Pedro (1Pd 5:8): "muito mais para temer é o inimigo oculto, e dissimulado, que descoberto, pois se o demônio vem bramindo, os mesmos bramidos dão rebate ao perigo, e ninguém haverá tão descuidado, ainda que esteja dormindo, que não esperte assombrado, e se acautele; porém se o demônio vem mudo, debaixo do mesmo silêncio, em que se esconde o perigo, descansa e adormece o cuidado".

**Gadafy de Matos Zeidam é auditor-fiscal da Previdência Social e estudante de Filosofia da UFPI.**

## Historiador do nosso povo

por Mário Angelo

Faleceu no final do ano passado em São Paulo, vitimado por câncer, o historiador e sociólogo, Clóvis Moura. Piauiense de Amarante. Autor de uma vasta literatura como: *Dialética Radical do Brasil Negro*, *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*, *Sociologia do Negro Brasileiro*, *História do Negro Brasileiro*, *Quilombos - Resistência ao Racismo*, *Rebelião da Senzala*, entre outras publicações únicas no gênero.

Foi militante do Partido Comunista do Brasil-PC do B, desde a década de 1940. Atuou como jornalista no Diário do Comunista na Bahia e São Paulo. Quando houve a reorganização do partido em 1962, ele foi um dos poucos intelectuais de peso que acompanhou o PC do B.

Criou, em 1975, juntamente com militantes do Movimento Negro que começava a se organizar, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas - organização voltada ao estudo do racismo no Brasil, que promovia cursos, debates, seminários, etc. Dessa forma, renascia o teórico daquele movimento, razão do

enorme prestígio que ele teve no movimento anti-racial brasileiro. Recentemente escreveu o livro *Uma História de Canudos* e produziu alguns textos publicados pelo Movimento dos Sem Terra.

Foi um importante estudioso dos movimentos sociais brasileiros, particularmente dos movimentos do campo, tendo estendido o seu principal foco para a questão dos negros no Brasil.

Aquele que é seu livro mais importante - *Rebelião da Senzala*, publicado inicialmente em 1959, reeditado em 1972, 1981 e 1988, é considerado como a primeira tentativa de apresentação sistemática da luta dos escravos em nosso país. Este livro colaborou, de forma marcante, para o declínio das velhas concepções sobre a passividade e docilidade do escravo; abriu uma vertente que levaria, nos anos seguintes, a um reconhecimento aprofundado da luta do escravo e sua importância para a dinâmica da sociedade brasileira.

Dessa forma, esse grande historiador do nosso povo conseguia traduzir para a

literatura utilizada pela Ciência Social a história de um Brasil que a classe dominante do nosso país teima em ocultar, principalmente em relação à escravidão e ao racismo, das lutas sociais que

desmistificavam a chamada "índole pacífica dos brasileiros".

Clóvis Moura ajudou a aprofundar a compreensão de nosso país, de nossa história e de nosso povo.

# Tendências do segmento varejista

Tiago Cardoso Rosa

Hamel (2002) explica que o processo de mudança mudou, deixou de ser contínua e se tornou inesperada e poucas pessoas e empresas estão sendo incapazes de mudar tão rápido com o mundo a seu redor. O segundo aspecto, a Sun Microsystems, a Microsoft e Bill Gates e muitos outros estão celebrando o fato de que a Internet nos trará uma forma de capitalismo extremamente eficiente – o capitalismo sem atrito. Nesta perspectiva, Pine II; Gilmore (2002, p.84) afirmam que "a Internet é a maior força 'comoditizadora' de bens e serviços conhecida até agora. Elimina o elemento humano da compra e venda tradicional, permite a comparação instantânea de preços e melhora notavelmente a execução dos pedidos. Também 'desintermedia' notavelmente a economia."

Observamos que a causa principal desse atrito é provocada pela ignorância do cliente ao criar a necessidade de intermediário para realizar seus negócios. Neste sentido, muitas empresas ainda têm boa parte de seus lucros baseado no atrito. Quando o consumidor passar por um processo de aprendizado que lhe possibilite, eliminar os custos de busca e transação, realizando suas atividades de compras sem precisar de intermediários, a economia alcançará um alto grau de desatrito, promovendo as pessoas melhores ganhos e melhores conhecimentos sobre o que está adquirindo e o que vai ser

consumido. Isto é, a forma do consumidor interagir diretamente com o fabricante ou varejista na seleção dos produtos ou serviços para satisfazer suas necessidades e desejos.

Essa atitude está redesenhando de forma radical os hábitos de compras dos clientes. No mundo onde os custos de busca ou de transação sejam eliminados, não existindo clientes fracos ou ignorantes nem monopólio locais, a realidade como diz Hamel (2002, p.33) é esta: "não amanhã, mas na próxima década, a Internet corroerá todas as fontes de lucros baseadas no atrito. Assim, as empresas estão em uma corrida para construir novas vantagens competitivas, antes que as antigas desapareçam de vez". Um terceiro aspecto também importante, característico dessa nova economia são os denominados novos jogadores, que são as empresas que acabam de chegar ao mercado, em qualquer setor. Estas empresas são responsáveis pela maior parte da nova riqueza que foi originada, na última década, pelos recém-chegados como afirma Hamel (2002).

Outro fato bastante significativo que deve ser observado; os ciclos vida dos produtos estão encurtando, porque os consumidores se entediam mais rápido. Mais uma mudança; as idéias e estratégias consideradas de excelência se difundem mais rapidamente de uma empresa para outras em função da migração de

executivos. Esse fenômeno, quase tão comum atualmente na economia, denomina-se de convergência de estratégia, ciclo de vida de produtos e serviços cada vez mais curtos. Nesta perspectiva, o varejo para melhor se posicionar no imaginário do consumidor terá que construir novas estratégias que busquem transformar o ato de compra mais experiencial que funcional, promovendo ao consumidor atributos que os encantem e emocionem, onde o varejo seja lembrado como um ambiente de recreação e lazer não somente um lugar onde simplesmente as pessoas fazem compras de produtos utilitários. Nesta perspectiva, Sheth; Mittal; Newman (2001), Shoeder (1997 apud Fernandes, 1999), Pine II; Gilmore (2000); Rosa (2002) explicam que os consumidores estão buscando mais entretenimento, escapismo, educação, lazer, recreação, socialização, status, autogratificação e empatia para tornar o ambiente do varejo mais prazeroso, e agradável mas, a empresa para atender esta realidade como afirmam Pine II; Gilmore (2000, p.82-97) terá que oferecer experiência memorável deverá usar os serviços como cenário e os produtos como estímulos para comprometer o consumidor. Explica Pine II, "as experiências são inesquecíveis, geram sensações pessoais, emocionais, físicas, intelectual e até espirituais". Portanto, nunca haverá duas experiências iguais, já que cada 'apresentação' da experiência interage com o estado mental anterior do indivíduo e depois permanece em sua memória. A importância de um ambiente 'vivo' e 'cheio' de emoções fará com que o consumidor guarde em seu imaginário aquele espetáculo inesquecível. Esta interação consumidor e o ambiente eficiente e eficaz do varejo de supermercado é o mecanismo importante na conquista da presença duradoura dos clientes em seus pontos de venda.

Muitos donos de mercearias – atualmente alguns supermercados, consideram os alimentos simples mercadorias e procuram competir

principalmente no preço. O proprietário do West Point Market, em Akron, Ohio, Estados Unidos, citado por Berry (1996, p.10-11) explica que "considera os alimentos como artigos da moda e compete principalmente na forma de negociar, na atmosfera e no valor do serviço. Seus preços são superiores aos dos concorrentes, mas ele obtém vantagem na seleção e qualidade dos produtos, na forma pela qual são expostos e no empenho de satisfazer às necessidades dos clientes."

Acrescenta Berry (1996), "desejamos que o cliente sinta-se a vontade. Entendemos que nosso ambiente deve ser tratado como um teatro, com iluminação, eventos especiais e músicas clássicas. Nossa loja é um centro de atrações. Não queremos ser vistos como um supermercado." A tendência do varejo no futuro é perder sua identidade como lugar de compras de mercadorias para simplesmente suprir necessidades básicas. A preocupação maior é construir uma identidade que tenha como objetivo não somente satisfazer as necessidades físicas do cliente como também as psicogênicas, como dizem Sheth; Mittal; Newman (2001), que são traços e estados individuais induzidos pelo funcionamento do cérebro que promovem a necessidade de conversar e interações sociais, de afeto, de sucesso, de sentir-se sob controle, de recreação, de saber se expressar.

Estas necessidades serão realizadas quando o varejista não se preocupar em oferecer algo que somente satisfaça as necessidades físicas das pessoas. Explicam mais os autores, "a privação de uma dessas necessidades psicogênicas pode causar efeitos traumáticos nas pessoas, tanto quanto aos aspectos físicos como mentais", o que pode transformar clientes freqüentadores em clientes terroristas, porque não foram atendidos conforme a promessa do varejista. Uma entrega distante do prazo combinado, um produto sem os atributos de qualidade ou um serviço de qualidade sofrida poderão levar o consumidor a sentir-se frustrado, o que

pode liberar –lhe um efeito traumático em função da decepção sofrida. Os varejistas para conquistar a satisfação do consumidor, principalmente a sua frequência de compras mais duradoura, devem construir cenários, onde o cliente se identifique, de maneira social, com o ambiente experiencial varejista.

Referência Bibliográfica

1 FERNANDES, Simome. A importância da comunicação para o varejo: no limiar do ano 2000. In: ANGELO, Cláudio Filisoni de, SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht da (Orgs.) Varejo Competitivo. São Paulo: Atlas, 1999.

2 HAMEL, Gary. A obrigação de inovar. São Paulo:

HSM Management, no 31, p.32-40, março-abril 2002.

3 LEONARD, Berry. Serviços de satisfação máxima: guia prático de ação. Rio de Janeiro: Campus, p.10-11, 1996.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. the experience economy. São Paulo: Book Summary1/ HSM Management, p.80-97, 2000.

4 ROSA, Tiago Cardoso. Serviços e satisfação. Tese (Doutorado) – Universidad del Museo Social Argentino – Bs.As./Argentina 2002.

5 SHETH, Jagdish N; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

# 2003 e o custo Brasil: custo PSDB mais custo PT

por Samuel Costa Filho

Apresentando comportamento semelhante ao da década passada o ano de 2003 foi um ano perdido. O modelo baseado nas normas do Consenso de Washington, que deixou atrás de si uma herança de ingovernabilidade em diversos países da América Latina e que elevou enormemente as fragilidades da economia brasileira foi à fórmula adotada pelos “neoliberais” do Partido dos Trabalhadores.

A posse de Luis Inácio Lula da Silva do PT, que parecia apontar para um ano de mudanças importantes nos rumos da economia brasileira, nesse famigerado modelo, é uma decepção. Principalmente por não ter procurado e nem acenado minimamente com qualquer mudança na nociva política econômica implementada pelos “eficientes” tucanos durante os seus oito anos de (dês)governo. No seu primeiro ano, Lula somente continua a implementar as mudanças que FHC defendeu durante seu mandato.

A existência e diversidade de indicadores econômicos utilizados hoje em dia permitem a cada economista deduções diferentes e ao gosto de cada analista. Em virtude desse fato, a mídia conservadora nativa que somente percebe e se preocupa com a situação do momento presente, procurou durante todo o ano de 2003 ressaltar os resultados da política econômica da ortodoxia financeira de curto prazo. Nessa linha, enfatizou os resultados da política de combate à inflação ressaltando os resultados como um alívio para todos os brasileiros e um prêmio ao esforço da equipe econômica do governo do PT.

Para esse tipo de análise, os bons resultados se refletiram em diferentes indicadores. A bolsa bateu recordes e a inflação foi mantida sobre controle. Os títulos da dívida brasileira atingiram pontos históricos máximos de valorização e o risco Brasil alcançou valores bastante satisfatórios. O investimento estrangeiro

voltou e a cotação do dólar oscilando na faixa dos 2,90 reais não atrapalhou o esforço de exportação nem produziu pressões inflacionárias. Como se percebe, nada de novo em relação aos tempos áureos do governo FHC. Continuaram a raciocinar como nos tempos dos tucanos e a situação é tal que *“voltamos apenas ao quadro de tranquilidade e otimismo que existia em 2000, antes da crise da Argentina”* (Gambiagi, 2003).

O entusiasmo da imprensa burguesa com a política neoliberal do Governo LULA/PT chegou a tal ponto que a Revista ISTOÉ independente (edição No. 1785) elegeu o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho o brasileiro do ano. Para a citada revista, o desempenho do “médico” no ano passado mostrou que ele é o craque do time do presidente Lula. Segundo a mesma revista, o empresário Abílio Diniz compartilha da mesma opinião e chegou até a afirmar: “Palocci é a prova de que Deus é brasileiro”.

Diferentemente do apresentado pela mídia, o ano de 2003 terminou com resultados pífios nas áreas econômicas e sociais apesar de todo o discurso e da propaganda do programa Fome Zero. Taxa de crescimento econômico negativa, retração da renda per capita, crescimento do índice de desemprego e deterioração da renda média das classes trabalhadoras e concentração da renda nacional, aumento da exclusão social, maior precarização das relações de trabalho, não instalação de capacidade produtiva nova no país e destinação de uma parcela ainda maior das receitas do estado brasileiro para o pagamento de juros aos especuladores.

O declínio de atividade econômica no primeiro semestre de 2003 levou alguns setores da indústria a amargar níveis de produção semelhantes ou mesmo inferiores aos que apresentavam uma década atrás. No que diz respeito às pequenas empresas as estimativas do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo) sinalizaram que o setor fechou 2003 com uma perda de receita de 10% a

15% em relação a 2002. O resultado é muito ruim se considerar que 2002 também não foi um ano positivo para o setor, que no ano de 2002 já apresentara uma redução de 13% no faturamento.

Por outro lado, o lucro de doze dos maiores bancos do país, nos primeiros seis meses do governo Lula, foi superior ao apresentado durante todos os primeiros semestres dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em 2002, último ano do período FFHH, a União gastou 41,6% do orçamento com o pagamento de amortização e de juros das dívidas. No primeiro ano de governo LULA esses gastos atingiram a 54,6% do orçamento da União. O perfil da dívida pública de quase R\$ 1 trilhão e que absorve mais de R\$ 100 bilhões de juros por ano dos recursos arrecadados de toda a sociedade brasileira na forma de tributos tem servido preferencialmente para engordar o patrimônio dos bancos e dos cotistas dos fundos de investimento, ou seja, garante a rentabilidade das elites desse país.

O desempenho da economia brasileira nos anos liberais do PSDB/PT está levando o país a ficar cada vez mais para trás em relação às maiores economias do mundo. Segundo estudo da consultoria Global Invest (2003), o país deve perder este ano três posições no ranking que mede a soma das riquezas (PIB) dos países e amargar a colocação de 15ª economia mundial. Em 1998, o país ocupava a 8ª posição no ranking, mas nos últimos cinco anos foi ultrapassado por Canadá, Espanha (em 1999); México (em 2001); Coreia do Sul (em 2002). Agora deve perder posições para Holanda, Índia e Austrália. Nesse estudo se constata que o Brasil foi o país que mais perdeu posições no ranking. Embora ressaltando que esse ranking carrega uma dose de imprecisão, assim mesmo ele acaba por refletir o resultado das políticas econômicas medíocres que nossas elites aplicaram nas últimas duas décadas.

O fluxo de investimentos estrangeiros diretos líquidos no país, um

dos pilares do modelo liberal, fez o BC elevar a estimativa dos investimentos no ano de 9,0 bilhões de dólares para 9,6 bilhões de dólares. Acontece que nos onze primeiros meses do ano de 2003, os investimentos diretos totalizaram 8,735 bilhões de dólares, bem inferiores aos 15,064 bilhões de dólares acumulados no mesmo período de 2002.

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo oscilou em torno de 20% e passou de 20% em agosto para 20,6% em setembro. Trata-se da maior taxa registrada desde 1985, ano em que a pesquisa SEADE/DIEESE começou a ser realizada. Anteriormente, os maiores resultados haviam sido registrados em abril e maio deste mesmo ano e apontavam uma taxa de desemprego também de 20,6%. Esse aumento elevou o número de desempregados para 2.030 milhões de pessoas na região, o que representa um acréscimo de 193 mil pessoas desocupadas em relação a setembro de 2002. Nunca existiu tanto desempregado em São Paulo. Em um ano de crescimento negativo, o governo logo descartou o "espetáculo do crescimento" anunciado pelo presidente Lula em 2003.

Neste contexto, a principal preocupação do atual governo do presidente Lula foi, não somente resolver as graves questões deixadas pelo governo FHC, mas prioritariamente atender as exigências do mercado, **principalmente o financeiro**, realizando as reformas previdenciária e tributária. De quem será a culpa por um resultado tão medíocre da nossa economia? **Do custo PSDB e do custo PT.**

Como é do conhecimento geral, no início dos anos 90, os conservadores e seus economistas de plantão conseguiram convencer a sociedade que o desenvolvimento econômico brasileiro deveria ser definido em novas bases. Afirmavam que o modelo brasileiro baseado em substituição de importações e financiamento inflacionário do Estado era o único responsável pela crise por que

passava a economia brasileira e sentenciavam que ele estava irremediavelmente esgotado.

Para esse grupo de analistas, o modelo tornou-se predominante na economia brasileira uma multiplicidade de fatores que encareciam a produção e dificultavam o crescimento do país. Dentre esses fatores destacavam: 1) o custo de transporte e infra-estrutura - inexistência de estradas adequadas e estradas esburacadas, linhas ferroviárias obsoletas e portos ineficientes e sucateados onerando o custo de transporte e a exportação de mercadorias; 2) no setor produtivo observavam a existência de uma carga fiscal elevada, juros altos e baixa produtividade de determinados setores, além de custos da mão-de-obra ou das contribuições sociais que encarecem muito os nossos produtos; como também o predomínio de empresas de controle e base familiar. 3) um protecionismo e excesso de privilégios produzindo ineficiência e dificultando o aumento da produtividade e inexistência de competidores à altura; 4) um setor público com excesso de burocracia que tornava os produtos brasileiros menos competitivos, elevados custos financeiros como reflexos da própria política monetária e cambial. Todos esses problemas que atrapalhavam a iniciativa privada e desestimulavam os investimentos receberam a denominação de **CUSTO BRASIL**.

Num contexto cada vez mais globalizado e exposto à concorrência internacional, as elites conservadoras e seus intelectuais afirmavam se fazer necessário elevar a competitividade brasileira a nível internacional baixando o Custo Brasil e equipando os nossos produtores de condições iguais ou até melhores do que os nossos competidores estrangeiros. Dessa forma, o Custo Brasil foi apontado como sendo o grande obstáculo para o crescimento da economia brasileira.

Os contornos desse novo modelo de desenvolvimento para o Brasil foram delineados e realizados pela equipe econômica do então governo tucano de FHC

tendo como um dos principais ideólogos o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco. Esse modelo propunha a retomada do desenvolvimento com justiça social, possibilitado pelo círculo virtuoso do aumento da produtividade decorrente da abertura externa da economia se inserindo virtuosamente no chamado processo de globalização da economia mundial, aliado a um programa de privatizações que retirasse o Estado da atividade econômica e recuperasse a primazia do mercado no comando desse processo.

O sucesso do Plano Real possibilitou que a agenda de estabilização (equilíbrio fiscal e monetário) fosse modificada passando o governo FHC a trabalhar na construção de uma agenda de desenvolvimento. O novo modelo que se esboçava apresentava como mola mestra do processo de desenvolvimento da economia brasileira via crescimento da produtividade. O investimento privado se sentiria estimulado e confiante para ser realizado, baseado num quadro macroeconômico básico de estabilidade dos fundamentos da economia e não mais consequência de um "projeto nacional" em que o governo fosse o agente principal desse processo.

Para os economistas do governo FHC, o processo de abertura da economia na medida em que produziria uma aceleração na taxa de crescimento da produtividade, ensejaria um processo de crescimento com melhorias tanto na distribuição da renda quanto na competitividade da economia brasileira (Franco, 1999).

Esse projeto de nossas elites tucanas teve relativo sucesso na política de estabilização monetária do Real, mas tornou-se a fonte principal de impedimento do crescimento econômico e de uma ação consciente de desenvolvimento da economia brasileira, colocando o Brasil numa armadilha de curto prazo, circular e cumulativa que tem atualmente nas altas taxas de juros e metas inflacionárias o seu alicerce. Há mais de uma década acreditamos que a estabilidade da moeda e

o modelo liberal irão possibilitar o crescimento. **Sempre acreditamos que no futuro próximo ou em alguns meses o país vai crescer.**

Como ressaltou o economista Luís Nassif na sua coluna da Folha de São Paulo (2003): *"Especialmente a partir do plano Real, na era Fernando Henrique Cardoso-Pedro Malan, a economia brasileira tornou-se prisioneira do crescimento baixo. Em todo esse período, a teoria econômica dominante vendeu um peixe que jamais entregou. A idéia central era a da abertura cambial completa, sem nenhum empecilho ao livre trânsito de capitais. A abertura proporcionaria os seguintes movimentos:*

1. *Em um primeiro momento, entrariam capitais especulativos, como se fossem batedores testando o terreno das novas economias.*

2. *À medida que a segurança fosse sendo testada, entrariam os capitais de médio prazo.*

3. *Consolidados os dois primeiros movimentos, o risco país diminuiria, as taxas de juros cairiam e viria capital de investimento abundante, trazendo o "espetáculo do desenvolvimento".*

*Nada disso ocorreu no período. A economia se viu prisioneira de crises cambiais sucessivas, que a submeteram a processos de stop-and-go, abortando planos de investimento das empresas, reduzindo o mercado interno e adiando indefinidamente o tal "espetáculo do desenvolvimento".*

*Nove anos depois, mesmo com nenhuma das promessas cumpridas, o modelo continua hegemônico, sendo implementado mecanicamente, a economia permanece parada, exposta a crises cambiais periódicas provocadas por qualquer solavanco da economia internacional ou da política interna".*

Uma década depois de iniciado o desmonte do modelo desenvolvimentista com a implementação do programa de governo de FHC, o balanço é claramente desalentador. Do ponto de vista da economia real e que interessa à maioria da

população, o país apresentou um crescimento médio anual menor que a "década perdida"; sua taxa de desemprego dobrou ao longo desse período; a taxa de investimento não ultrapassou a casa dos 18%; enquanto, por outro lado, caía a participação dos salários na renda nacional e aumentava a concentração de renda e riqueza.

Acrescente-se a este quadro a perda de controle sobre os destinos da nossa economia, pois estamos sob a tutela do FMI (Fundo Monetário Internacional). Alias, somente o governo FHC realizou três acordos internacionais com o Fundo Monetário Internacional e o BIS (Banco de Compensações Internacionais) para o cumprimento de metas fiscais e monetárias definidas e controladas trimestralmente. O primeiro dos quais em 1999 e que permitiu ao governo de Fernando Henrique Cardoso enfrentar a crise terminal do Plano Real, protelando seus efeitos mais dramáticos (Fiori, 2001). **Esse é resultado da "eficiência" e o custo PSDB.**

Em discurso e na propaganda política nos meios de comunicação os tucanos procuram mostrar e enfatizar eficiência na herança deixada pelo governo FHC e pelo partido tucano. Para o site "Primeira Leitura"(2003): *"Pegue-se agora o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da última década: o país melhorou, sim, e muito! E melhorou mesmo concentrando renda. Mais significativo ainda: melhorou mesmo tendo um crescimento medíocre ao longo da década. Ora, se a renda se concentrou, se o crescimento foi pífio e se a vida dos brasileiros teve expressiva melhora, o que isso significa? Significa que as políticas públicas, as políticas de Estado, chegaram à ponta, chegaram aos necessitados. Significa, sobretudo, que era falaciosa a pregação de que o país vivia um caos na área social. Significa, outrossim, que a ação na área foi tanto mais efetiva por que feita em condições absolutamente adversas"*.

*Mas há mais conclusões a extrair dos números tornados públicos. Todos sabemos*

*que o crescimento econômico acelera a chegada dos benefícios aos mais pobres (ainda que não existam políticas públicas de inclusão social). Esses benefícios são o emprego, o aumento da renda, o aumento do consumo, o acesso à rede de serviços públicos. Em tempos de escassez, de baixo crescimento, como este que vivemos, a melhoria dos índices de desenvolvimento só pode advir, como foi o caso, das chamadas políticas públicas. Desde que existam programas sociais para os pobres, como existem no Brasil, em tempos como este, a principal vítima da retração econômica é mesmo a classe média: esta, coitada! Nem recebe os benefícios do assistencialismo nem os frutos do crescimento: vê despencar a renda, o padrão de consumo, a perda do emprego. Sobra-lhe o desalento"*.

Em oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil sofreu modificações importantes. Nesse contexto não podemos negar que o Brasil apresentou alguma melhora nos últimos anos. Em dez anos o Brasil melhorou seus níveis de escolaridade e reduziu o trabalho infantil. O brasileiro endinheirado e a classe média conseguiu comprar mais bens de consumo de luxo, tais como computadores, telefones, geladeiras e televisores, etc. Com exemplo, podem citar que no mês de novembro de 2003 o total de telefones celulares em uso no Brasil já havia ultrapassado 43 milhões.

Os índices de saúde e educação também melhoraram. Mas a melhora na saúde e na educação ocorreu em quase todo o mundo e o Brasil não foi exceção e nem sequer se destacou nessas áreas. Ainda mais, parte considerável da população ainda não tem acesso à rede de esgoto e nos últimos cinco anos a renda de quem trabalha caiu assombrosos 12,3%. Esse é o balanço que surge dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados da PNAD revelam que o Brasil tem um modelo de desenvolvimento que provoca problemas alarmantes. A nossa

elite faz questão de não perceber que é um modelo elitista que faz com que muitos dos brasileiros consigam ter telefone, geladeira e televisão e a grande maioria não tenha sequer acesso a uma rede de esgoto sanitário em suas casas. No ano de 2001 encontrávamos uma proporção de moradias com telefone correspondente a 61,6%, enquanto apenas 46,4% contavam com rede coletora de esgoto. O acesso a telefones fixo ou móvel triplicou se comparado a 1992, quando apenas 19% das casas possuíam uma linha. Esse resultado foi fruto do aumento da oferta do serviço de telefonia após a privatização do sistema de telecomunicações há cinco anos. Por outro lado, a abrangência da rede coletora de esgoto, ainda que tenha aumentado em dez anos (a taxa em 1992 era de 38,9%), manteve-se como o serviço com menor cobertura, ao lado de itens como abastecimento de água, luz elétrica e coleta de lixo.

Dessa forma, apesar de avanços do consumismo elitista, constatamos que a concentração da renda elevou e acentuou as desigualdades, o que põe o Brasil na sexta colocação entre os países de pior distribuição de renda do mundo. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, no Brasil subiu de 0,63 para 0,65. Em 3.654 dos municípios a distribuição de renda piorou ao longo dos anos 90, ou seja, em 66,35% dos municípios brasileiros; em 370, permaneceu igual (6,72% dos municípios); e, em somente 1.483 municípios melhorou (26,93% de municípios). O Brasil encerrou o século 20 como o país com a sexta pior distribuição de renda do mundo, segundo as Nações Unidas, atrás apenas de Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia.

No momento em que o governo Lula tomou posse se deparou com esse modelo e com o CUSTO FHC/PSDB. Estava diante de um dilema sobre as ações e iniciativas a adotar: ruptura ou continuidade. Continuar a política do segundo mandato de FHC, sob os auspícios do FMI e Bird, ou romper com

essa trajetória e reorientar a política macroeconômica implementando um novo projeto com objetivos e propósitos alicerçados nas idéias progressistas históricas do partido dos trabalhadores. A alternativa escolhida foi claramente de continuidade e aprofundamento do modelo anteriormente adotado, não somente no campo da política de gerenciamento macroeconômico de curto prazo (devido ao Custo FHC), mas também na implementação e aprofundamento do desastroso modelo liberal dos anos 90, haja vista a prioridade dada e a forma como foram implementadas as reformas previdenciária e tributária pelo congresso.

Nesse momento, porém, o Partido dos Trabalhadores já era sabedor que a implantação desse modelo na América Latina provocou uma grave crise nesse continente decorrente, fundamentalmente, da utilização das políticas neoliberais. A América Latina tornou-se a região mais instável em termos econômicos, sociais e políticos do mundo, e atualmente paga o preço pela submissão por parte de suas elites da adesão ao receituário neoliberal (Sader, 2002).

Em diferentes países, uma crise, ou melhor, a mesma crise, sob formas específicas: Argentina, Haiti, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Guatemala, Nicarágua, Peru e Brasil. Na Argentina, justamente por ter sido quem mais seguiu à risca o receituário neoliberal, a crise foi mais grave e o país foi a maior vítima do neoliberalismo na América Latina.

O balanço do neoliberalismo na América Latina, feito pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) na sua reunião de São Paulo, entre os dias 13 e 20 de junho de 2004, apontou o México como melhor exemplo do fracasso neoliberal. Nos 10 anos de vigência do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) o salário real da maioria dos trabalhadores diminuiu, aumentou a desigualdade e os trabalhadores do campo viram recair sobre suas costas o preço mais duro dos ajustes

fiscais (Sader,2004).

Nos principais países da América Latina a implementação das políticas neoliberais e de planos de estabilizações econômicas, inicialmente, possibilitaram a seus idealizadores um alto índice de popularidade e sua transformação em "heróis". Com a crise, esses liberais tiveram que fugir do país ou foram para na cadeia, a exemplos de Salinas e seu irmão no México, a Fujimori no Peru, Carlos Menem e Domingos Cavalos na Argentina. No Brasil os nossos "neoliberais" que realizaram essa **nociva política de lesa-pátria** estão, confortavelmente, quase todo os dias nos meios de comunicação, querendo aparentar uma "eficiência" que nunca existiu.

Quando o PSDB era governo, o PT fazia uma oposição cerrada contra essas propostas. Porém, hoje sua própria liderança reconhece ter sido agressiva e mesmo destrutiva. Para o PT, no governo FHC tudo era entreguismo, submissão aos banqueiros e ao capital especulativo, ou motivo para CPIs. Reforma, imagine, nem pensar, a Constituição Cidadã era uma conquista e, portanto intocável. (Franco, 2003).

Como o governo Lula implementa apenas o programa do PSDB, os componentes do partido tucano apresentam contra o seu governo os argumentos da justiça social e da eficiência. O discurso tucano da justiça social afirma que o governo de Fernando Henrique também pretendia uma maior e melhor justiça social e se mais não realizou foi por que o Partido dos Trabalhadores impediu. No que diz respeito à eficiência tucana esta aparece quando o atual governo repete a política econômica dos tucanos, ou seja, o próprio PT estaria reconhecendo a competência da política econômica posta em prática anteriormente pelo PSDB. Desse modo, teríamos hoje a frente do governo federal uma equipe de amadores, que somente estaria imitando os tucanos. Assim sendo, o PSDB seria igual aos petistas nos ideais de justiça social e superior na competência (Ribeiro, 2003)

Todavia, diferente do afirmado pelos tucanos, o legado do PSDB não revela competência e a sociedade brasileira não deve levar a sério e acreditar nessa história do "mito" da realização tucana. Como todo governo, alguns mais outros menos, existem determinados méritos na administração Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real foi uma grande obra de engenharia econômica e pôs fim a inflação. Porém o PSDB trocou o grave problema inflacionário por uma crise externa e enorme crescimento da dívida interna que tem levado os liberais do Partido dos Trabalhadores a opta pela política que impede o desenvolvimento econômico do Brasil.

Concordo com Ribeiro (2003) que o maior mérito de Fernando Henrique Cardoso foi político. Nesse rumo: *"ele serenou as paixões em nossa cena pública e construiu as condições para que um partido de esquerda ganhasse as eleições e tomasse posse sem nenhum trauma. FHC criou o Ministério da Defesa e fez com que, pela primeira vez em cerca de oitenta anos, um civil chefiasse a pasta encarregada das Forças Armadas. Além disso, o ex-presidente reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes do regime militar e indenizou suas vítimas. Finalmente, em seu governo as duas principais figuras da direita oriundas dos tempos da ditadura, Paulo Maluf e Antonio Carlos Magalhães, foram reduzidos a um papel secundário perdendo a dimensão nacional que possuíam. Pode não ter sido um bom gestor da economia. Mas em matéria de política teve um bom desempenho"*.

Porém, ao entregar o governo os tucanos deixaram a economia brasileira em péssimas condições e até quase sem crédito externo para as importações. E o que falar das "privatizações" que levaram no setor elétrico a um colapso energético durante o reinado de FHC? Não esqueçamos de lembrar o câmbio supervalorizado e dos três acordos realizados com o FMI, o primeiro dos quais imposto pelos Estados

Unidos da América à comunidade financeira internacional. Os tucanos conseguiram, por incrível que pareça, quebrar o Brasil e sua economia em três ocasiões no espaço de quatro anos. Haja (in)competência. Em quinhentos anos de história não havíamos sido tão pródigos.

Apesar do resultado catastrófico do CUSTO PSDB deixado como herança, nossas novas elites políticas, ou seja, uma ala "burguesa" ou "Social-Democrata" do PT (Lula e "núcleo duro" do Palácio do Planalto - formado pelos ministros José Dirceu, Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Comunicação) e Luiz Dulci (Secretaria Geral)), se mantiveram disposto a seguir em frente com esse caminho. O estado brasileiro na era LULA, diante da opção de acumulação e legitimação, preferiu claramente ambas. Só que em favor e no interesse dos mercados. Fundamentalmente os mercados financeiros globalizados.

Nessa linha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendeu até descolar de si o rótulo de esquerdista. A esquerda que sempre o aplaudia e em que o presidente militava com desenvoltura em tempos outrora agora já não lhe é mais útil. Assim, segundo o site AOL (2003), em viagem a Venezuela o presidente teria dito *"Em toda minha vida, nunca gostei de ser rotulado de esquerda"*.

Dessa maneira não é surpreendente que hoje, para a maioria dos eleitores, o governo Lula é de direita. Uma pesquisa inédita do Datafolha, feita nos dias 31 de março e 1º de abril de 2003 constatou que para a maioria dos eleitores, o governo Lula é de direita. Dos entrevistados, 38% classificam a gestão de Lula como sendo de direita ou centro-direita. Esse é um número superior aos 33% que a consideram como de esquerda ou centro-esquerda e aos 12% que o têm como de centro. Não souberam responder 16%. Essa sofisticação do eleitor, na apreciação de Guilhon (2003), aparece na avaliação de Lula. *"O programa do atual governo não se destaca muito do programa*

*anterior, que era de centro-direita"*.

Por essa linha, conforme já salientado os resultados macroeconômicos foram euforicamente comemorados pela mídia conservadora nativa, como exemplos rede Globo e revista Veja, ao longo de todo o ano de 2003. Nada espetacular, mas tudo semelhante ao **melhores tempos e da era Tucana**. Dessa forma não é sem razão que o PSDB afirma que PT não tinha como não tem um "modelo econômico alternativo", pois o que o PT está fazendo é apropriar-se competidamente de uma agenda de desenvolvimento que nunca foi sua, e o que é pior, o próprio PSDB deixou fora porque acreditou tratar-se de uma agenda neoliberal (Franco, 2003). Nem o próprio candidato à presidência da república do PSDB, nas últimas eleições José Serra, defendia a continuidade desse modelo.

A necessidade de utilização de uma política de auto-afirmação do PT perante os mercados vem revelar a existência do CUSTO PT. Nesse contexto, o espetáculo do crescimento foi pago com um crescimento ridículo de - 0,2% do PIB em 2003. Confirma-se a afirmação de Rosenfield (2003) segundo a qual: "O Fome Zero só alimenta a propaganda oficial e as viagens do presidente no exterior, pois aqui, a barriga dos miseráveis, continua roncando. Diferente do discurso e da propaganda política do Partido dos Trabalhadores os únicos que conseguem emprego são os militantes do PT, com especial atenção para o marido da prefeita de São Paulo, pois, os outros, os demais cidadãos, estes fazem filas intermináveis sem resultado. As universidades públicas federais estão quase apagando, pois não conseguem nem saldar a conta de energia elétrica, tal é a sua penúria, num lugar que deveria ser o das luzes".

No que diz respeito ao orçamento no governo Lula, no décimo mês do ano, o Governo Federal não havia gastado nem metade do previsto no Orçamento de 2003, tão criticado por ser herança Tucana. O desaquecimento da economia e o superávit

primário de R\$ 38,3 bilhões (reservado para o pagamento dos juros da dívida pública) provocaram o menor nível de investimento dos últimos nove anos (Velloso, 2003).

A Penúria constrangeu até a imagem do Itamaraty. O Itamaraty pediu R\$ 800 milhões para botar a casa em ordem, mas o Palácio do Planalto só concedeu R\$ 196 milhões de verbas suplementares para pagar dívidas que deixam o Brasil numa situação constrangedora mundo afora com os organismos internacionais. Só com organismos como a ONU (Organização das Nações Unidas), a dívida bateu no equivalente a R\$ 560 milhões. Para a própria ONU, o Brasil devia algo em torno de R\$ 300 milhões, mas já decidiu pagar apenas o suficiente para não passar o vexame de perder o direito a voto. Para a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), o país precisa pagar um mínimo de R\$ 7,5 milhões. E, para a OIT (Organização Internacional do Trabalho), mais R\$ 10,5 milhões (Cantanhêde, 2003).

No entanto, em 2003, no governo de Lula o dólar não cessou de diminuir e o risco Brasil de cair. A burguesia ficou contente e a mudança do PT deixou o capital internacional tranqüilo. Diante dessa trágica realidade o que surpreendeu, no entanto, foi a existência de uma grande obra de venda da imagem do presidente que continuou elevada, enquanto o país rastejou no chão. A equipe de marketing do governo do PT se mostrou de enorme eficiência, apresentando uma "mudança" que ninguém constatou. Gastou-se mais em propaganda publicitária sobre o social do que em gastos efetivamente sociais. Enquanto isso o programa Fome Zero não deslança (Ribeiro, 2003).

Acrescente-se o fato de atualmente o marketing petista está tentando ludibriar a nação comparando dados do último ano de governo FHC com os do primeiro ano e quatro meses do governo LULA. Trata-se de uma propaganda que vem revelar que o governo do PT usa a mesma ética e os mesmos artifícios dos partidos e governos anteriores divulgando dados de estatísticas

para procurar encobrir o fracasso e a realidade.

Na verdade se pode constatar a propaganda enganosa do PT lendo com atenção jornais de circulação nacional. No dia 1º de março de 2004, o jornal Folha de São Paulo publicou dados contendo números levantados pelo Instituto Estudos Socioeconômicos (INESC) junto ao SIAFI. Em 2002, último ano do governo de FHC, a União investiu R\$ 11,6 bilhões, ou seja, 1,5% do orçamento. Por outro lado, no ano de 2003, no governo neoliberal do Presidente LULA, a União investiu apenas R\$ 1,8 bilhão até meados de dezembro, ou seja, 0,24% do orçamento (Benjamin, 2004).

Apesar de toda a atenção dada ao mercado pelo governo do PT, ainda hoje o alto endividamento brasileiro continua sendo um dos itens principais da vulnerabilidade do país segundo o "mercado" e levará bastante tempo para ser resolvido. Ainda há problemas para a recuperação da economia brasileira, apesar da melhora dos indicadores e dos mercados no último ano. Para os mercados, o Brasil ainda tem níveis de dívida muito altos. A dívida interna está pouco acima de 65% do PIB, e a externa, em torno de 50%. São problemas que não podem ser resolvidos da noite para o dia e, ao contrário da atual política, se faz necessário um crescimento sustentado para reduzir essas proporções em relação ao PIB, a menos que o país adote medidas mais radicais.

Para os mercados, embora a performance do Brasil desde as eleições mereça elogios, ainda há um longo caminho pela frente. As reformas são essências para não perder a confiança desses "mercados". A disciplina fiscal é essencial para manter a confiança, especialmente a aderência ao superávit primário de 4,25% no curto e em médio prazo. Como se constata, o mercado financeiro está sempre exigindo "mais e mais" reformas e privilégios, determinando e disciplinando toda a política econômica e o nível da atividade da economia brasileira a seus ditames e em seu proveito.

Assim, passado o primeiro ano da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, nenhuma das promessas de campanha se realizaram e nem o governo LULA sinalizou qualquer ato nesse sentido. Dessa maneira, o atual governo deve explicações à nação. Se não era para mudar afinal por quê e para quê os brasileiros votaram em Lula e no PT? Afinal onde foi parar a agenda progressista desse partido?

Seria até coerente se esperar que de início o governo de Luis Inácio Lula da Silva apresentasse ao mercado uma política econômica responsável. Teria e deveria combater a inflação que renascia. Teria de provar que sabia governar e que não era incompetente. Para isso, deveria garantir a estabilidade da moeda, com uma política econômica ortodoxa. Tudo isso no curtíssimo prazo.

Depois de aprovado na gestão da política econômica, provando que não era incompetente e que não jogaria dinheiro público fora com políticas populistas, o governo Lula deveria ter iniciado, mesmo que de forma cautelosa, para não assustar os setores conservadores, a promoção de uma política que ajudasse a redistribuir rendas, mexer na estrutura social, na economia e principalmente acabar com o modelo implementado nos últimos oito anos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa estratégia, já deveriam aparecer os primeiros sinais do compromisso da agenda progressista do PT e o seu compromisso com o futuro – por fim ao modelo liberal anteriormente implementado e resgatar a enorme dívida social.

Acontece que o governo petista continuou implementando a política econômica liberal dos Tucanos, tão atacada pelo PT. Não somente as políticas macroeconômicas de combate à inflação de curto prazo, mas principalmente, a implementação das medidas defendidas por FHC nos seus dois mandatos. Nesse sentido, as ações do governo Lula não objetivaram minimamente cumprir uma pauta progressista.

Um exemplo dessa atitude foi, esquecendo o seu passado, já em abril de 2003, às vésperas do Grande Prêmio de Fórmula 1, o governo federal flexibilizou a lei que restringia a propaganda de cigarro nos carros. A medida caiu como uma luva para a prefeitura de São Paulo comandada por Marta Suplicy do PT. A cidade seria “talvez” excluída do circuito da Formula 1 se os carros fossem proibidos de exibir o logotipo dos patrocinadores fabricantes de cigarro. Atitude semelhante não se verifica nos países da Europa que proíbem a propaganda de cigarro.

Na mesma toada, o governo do presidente Lula até legalizou a venda da safra de soja transgênica. A única justificativa apresentada para esse ato foi o reconhecimento de uma situação de fato, tolerada pelo governo anterior e, desta vez, era autorizando o plantio pelo próprio governo, ***fazendo supor que o governo do PT não vai afrontar o poder ilegal e inconstitucional de quem tem dinheiro.***

A utilização das políticas macroeconômicas da ortodoxia foi tão bem implementada pelo governo LULA que deixou a direita sem um discurso crítico alternativo. Hoje os liberais e os de centro-direita combatem às ações do PT usando argumentos anteriormente exclusivo da esquerda petista. Exemplos: o posicionamento contra a tributação aos aposentados e o pedido de correção da tabela do imposto de renda pessoa física na fonte e até na política de reajuste do salário mínimo.

Presenciamos na vigência do atual governo, até a ocupação da polícia no congresso, a chamado da presidência liderada, naquele momento, pelo PT (presidente da Câmara, João Paulo Cunha - PT-SP) durante manifestação de servidores contra a votação do relatório da reforma previdenciária. O Congresso reforçou sua segurança e solicitou apoio da PM, que destacou efetivo de 100 homens, além de outros 40 da tropa de choque. Cerca de 300 manifestantes protestaram na porta da

Câmara. Houve tumulto e um servidor acabou preso, depois liberado. Um episódio lamentável.

Poderíamos, de alguma forma, entender que o Governo tomasse algumas ou várias das medidas que implementou, mas não eram essas as agendas históricas e progressistas dos petistas: a reforma previdenciária, o minúsculo aumento salarial dado aos servidores federais em 2003, reforma tributária que não penaliza os mais abastados e desonera o setor produtivo, a reforma agrária somente para inglês vê, e as mesmas desculpas e justificativas no reajuste do salário mínimo, etc.

O governo de Lula até agora não implementou medidas que resolva a grande tarefa nacional que é por fim no modelo liberal herdado do governo tucano de FHC e a construção de um grande acordo que acabe com a miséria e à injustiça social. *"Porque uma coisa são as desigualdades sociais, outra a miséria e injustiça. Há desigualdade em quase todas as sociedades. Não é esse o problema, pelo menos hoje. A questão no Brasil é a excessiva desigualdade. Essa deve ser superada. Para isso, Lula foi eleito. Por isso (porque não a enfrentaram), os tucanos perderam o poder"* (Ribeiro, 2003).

Toda tarefa do governo do PT serviu para a continuidade do modelo elitista anterior e não para uma mudança. Ocorreu um total esquecimento das promessas de campanha pelo **atual governo que somente implementou uma política neoliberal tão criticada anteriormente pelo próprio presidente Lula. Nada sinalizou o aparecimento das promessas progressistas históricas desse partido.**

Por esse fato, não é de se espantar os ataques ao PT. Esse é o preço a pagar pela incoerência do primeiro ano de governo do presidente Lula. Engrossam o coro dos insatisfeitos políticos de fora e os de dentro do Partido dos Trabalhadores, críticos em geral e simpatizantes da causa trabalhadora, sem falar dos inimigos de sempre e de velhos companheiros de Lula.

Nesse primeiro ano presenciamos crise na Saúde, crise em parte da bancada Petista, a classificada de "radical" e que levou a expulsão de quatro parlamentares do partido, esquecimento da questão agrária, política de loteamento dos cargos públicos, crise com o ministro do STF que apontou czares no Planalto, a batalha contra a CPI do caso Valdomiro Diniz, etc. As críticas que o governo Lula enfrenta é o preço que o PT paga por ser incoerente. Entende-se por incoerência o fato de um partido com bandeiras progressistas aplicar agora a cartilha que tanto condenava quando fazia oposição ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Parece se confirmar à afirmativa do filósofo Denis Rosenfield (2003), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo a qual: *"o PT não sabia o que era ser governo. Agora que ele viu o tamanho do desafio, está na hora de assumir que mudou de cara"*. Segundo o especialista, quanto mais o governo Lula tenta disfarçar o que ele chama de sua "face social-democrata", mais o partido vira refém de suas antigas bandeiras ideológicas. Foi o que aconteceu quando o Planalto incluiu a cobrança dos inativos na reforma da Previdência, abrindo uma das primeiras crises da gestão petista.

O PT não se mostrou diferente dos partidos que anteriormente governaram o Brasil. O que se viu foi uma série de denúncias de fisiologismo no governo LULA. A indicação para os quadros da Superintendência da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) foi o mais emblemático exemplo dessa prática. Antônio Carlos Andrade, marido da deputada Maninha (PPT-DF), foi demitido da Funasa como retaliação ao gesto da parlamentar de se abster da votação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara. Mesmo o ministro da Saúde, Humberto Costa, reconheceu que o afastamento teve motivação política. Aliás, a área da Saúde alimentou diversas vezes esse noticiário, sobretudo após os pedidos de demissão da diretoria do Instituto Nacional do Câncer

(INCA) e dos farmacologistas da Câmara Técnica de Medicamentos da ANVISA, por discordarem das medias dos indicados do PT para comandar esses departamentos.

Outro ponto a ressaltar diz respeito à entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicada no jornal espanhol "El País". Nesse jornal, o ex-presidente criticou a "falta de imaginação" do governo Lula. FHC afirmou ainda que o combate à fome, a principal bandeira do atual presidente, não conseguiu sair do papel. Demonstrando arrogância como anteriormente faziam os tucanos, o PT não aceitou a crítica. Uma resposta deselegante e arrogante do governo petista foi dada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu nos seguintes termos: *"Ex-presidente da República tem de cuidar da biblioteca, de quando foi presidente, da memória da sua Presidência, dos netos. E também pode fazer política, mas sem ressentimento"*. Tempos depois, refletiu e pediu desculpas por tamanha grosseria.

Além desse fato, diversas declarações do presidente Luis Inácio Lula da Silva revelou uma característica comum aos nossos últimos presidentes. De Fernando Collor, passando por Fernando Henrique Cardoso e seu neobobismo, retrógrado, dinossauros etc. e até chegar a Luis Inácio Lula da Silva, os governantes brasileiros no poder não admitem contestação e críticas da oposição, como também primam por declarações destemperadas e às vezes absurdas (os antecessores foram "frouxos"; "somente Deus impediria as reformas no Congresso"; são somente dois exemplos). Continuamos em uma época onde os governantes não admitem erros e contestação.

Mas, nem tudo é negativo. Merece elogio e destaque de maior relevância uma "certa" atitudes do governo do PT de independência e soberania manifestas pelo Itamaraty, pelo governo brasileiro, na política externa. A reunião de Cancun foi emblemática. É um elemento que deve ser louvado no governo Lula. Parece não existir diante dos Estados Unidos e dos

Organismos Internacionais (OMC) uma atitude passiva e permissiva em relação às questões externas da geopolítica mundial.

Neste contexto do governo petista podemos dizer como afirma Santayana (2003) que *"o governo de Lula talvez tenha errado muito, mas não errou quase nada, se comparado ao de seu antecessor. Talvez esteja certo Fernando Henrique, ao afirmar que falta imaginação ao atual governo"*. Nenhum governo está imune às críticas. E não será o do partido dos trabalhadores, que ao realizar uma coalizão com vários partidos e, portanto, carregar muito mais do que um projeto unipartidário que ficará imune. Ao abrir mão do essencial do projeto progressista do PT para costurar essa aliança, que não corresponde de jeito nenhum ao que o eleitorado espera do governo LULA fica cada vez mais sujeito às críticas.

Os resultados desapontadores no primeiro ano do governo LULA decorreram não somente do CUSTO PSDB, mas também do CUSTO PT. O governo de Luis Inácio Lula da Silva ao absorver e incorporar a visão de curtíssimo prazo do governo antecessor, mobilizou toda a sua capacidade na implementação da política de equilíbrio cambial, fiscal e monetária em detrimento da construção de uma alternativa de desenvolvimento. O sucesso dessa alternativa diante do mercado, ou seja, o CUSTO do PT provar sua eficiência ao mercado, convenceu o "núcleo social-democrata burguês" que comanda o partido que esta é a alternativa adequada.

O comportamento do governo LULA neste período de transição tem levado a que economistas independentes do governo a apontem os equívocos dessa opção que tem como conseqüência o agravamento do desemprego, provocam mais recessão e exclusão social. Alguns economistas, como o professor Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parecem achar que o Brasil que desejamos está cada vez mais distante. Nessa linha Gonçalves (2003) afirma: *"a transição que pode estar ocorrendo é do pior governo da história, FHC, pra um outro*

*pior ainda, o atual”.*

Apesar da análise por nós apresentada, defendo que não devemos ser pessimistas. As derrotas sofridas pelos setores progressistas nessa transição, não devem ser motivos para desistirmos da luta pela construção de uma sociedade mais justa e soberana. A simples vitória do Partido dos Trabalhadores, historicamente progressista, num país como o Brasil dominado por uma elite conservadora e retrógrada já é motivo de comemoração. As camadas progressistas da sociedade brasileira devem continuar mobilizadas e lutando pelo fim do modelo anteriormente aplicado que tão mal fez ao país e a nação. Não devemos, afirmar como John Lennon que o *“sonho acabou”*. Também não é certo fazer como o deputado federal Gabeira ao dizer que *“sonhamos o sonho errado”*.

A esperança e o sonho de transformação da sociedade brasileira, o fim do modelo social-democrata-liberal tucano e a opção por uma política de desenvolvimento nacional com inclusão social para construção de uma sociedade mais humana e mais justa é um sonho para ser vivido. Não é um sonho inatingível. Portanto, esse sonho não pode ser abandonado ao primeiro revés. A luta continua. Essa luta contra as desigualdades no Brasil tem historicamente sido sufocada por movimentos de uma elite extremamente conservadora, retrograda, reacionária. O reacionarismo das nossas elites é de todo tipo, econômicas, intelectuais e políticas (Fiori, 2003). Neste contexto, o sonho e a luta devem ser prioridade.

Não deve existir desalento.

Parafraseando Aguiar (2003): *“No Brasil, as elites conservadoras apresentam um comportamento secular de subserviência política e de imitação cultural. Tudo o que põe em risco essa cultura da dependência é imediatamente denunciado como um risco à nossa condição civilizada, como concessão ao atraso, como desafio insuportável à ordem estabelecida, ou como loucura completa. Subserviência ao ditame*

*externo e arrogância em relação ao cenário interno: essas mesmas classes dirigentes que exigem obediência cega aos ditames do capital internacional e do império dos mercados também exigem a subserviência das demais classes e dos demais setores da sociedade à permanente agenda da manutenção de seus interesses e privilégios”.*

Não podemos e não devemos esperar das elites ou que governos neoliberais do PSDB ou do PT realizem reformas estruturais de cima para baixo que modifiquem essa situação. A sociedade brasileira deve se mobilizar numa luta constante pressionando e forçando mudanças, agora e sempre. As conquistas sociais históricas dos trabalhadores tipo Welfare State no mundo desenvolvido não foram concessão, mas conquistas. No Brasil ocorre o afirmado por Fraga (2003): *“A classe endinheirada nunca teve por que mudar isso. A classe pobre nunca teve como mudar isso. E a classe média —que em tese teve por que e teve como— raramente teve estômago”.*

É bom não esquecer que os últimos vinte e três anos, de políticas econômicas medíocres, levaram a nossa sociedade para um ambiente e um clima de guerra civil não declarada. Transformaram o antigo homem cordial num homem vulgar. Onde, na era da *“modernidade”* a cordialidade brasileira tornou-se obscena e hoje serve para ocultar a brutalidade das relações sociais do país. Nas elites brasileiras, a cordialidade deu margem à ostentação do consumo e a vulgaridade. Para o povo miserável, essa cordialidade se transformou em violência, em guerra civil não declarada (Calligaris, 1999).

Essa guerra não declarada se reflete nas galopantes estatísticas da criminalidade que predomina em todo o país. Em 1979 ocorreram 11.194 homicídios. Estes números vêm num crescente e no ano de 1998 foram constatados 41.802 homicídios. A longa estagnação por que passa a economia brasileira provocou esse crescente mal-estar na sociedade, que se reflete na falta de

perspectiva de progresso pessoal e ascensão social, principalmente, para os jovens brasileiros (Costa, 2003).

O ano de 2002 não foi diferente e registrou um aumento generalizado do número de mortes violentas tanto em áreas urbanas como no campo. Segundo o próprio IBGE (2003), este aumento das mortes está relacionado à criminalidade associada à estagnação econômica e ao desemprego nos grandes centros urbanos, e aos conflitos por terra nas áreas rurais. As mortes causadas por violência incidem muito mais na parcela masculina da população (para cada mulher morta por violência, são mortos três homens pela mesma causa), e entre os homens, os jovens são ainda mais atingidos (70,67% das mortes registradas). Essa foi a maior taxa desde 1990.

Esse quadro dramático de esfacelamento da sociedade brasileira continuado pelo governo do PT representa o "verdadeiro escândalo" no governo Lula no dizer do economista César Benjamin. Essa política econômica sob os auspícios do FMI de superávit primário provoca desemprego, pobreza, desestruturação familiar, mutilação e morte para os trabalhadores brasileiros.

Diante deste quadro, as elites conservadoras e retrógradas por não quererem perceber a raiz do problema, clamam por leis e penas maiores, uma justiça mais rígida e uma polícia atuante. Reclamam do Estado e contra a ineficiência das nossas polícias. Assim, não é à toa que os programas de maior audiência hoje em dia, nos meios de comunicação, são os medfocres ou que prioriza o enfoque dessa guerra civil instalada em toda a sociedade. Existia até um quadro em um telejornal do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) que enfocava e pregava "tolerância zero", apresentando uma realidade e uma sociedade diferente da nossa econômica, social e culturalmente.

Também no governo LULA da atualidade, o Brasil é um país que têm "receio de fazer história". Enquanto isso as

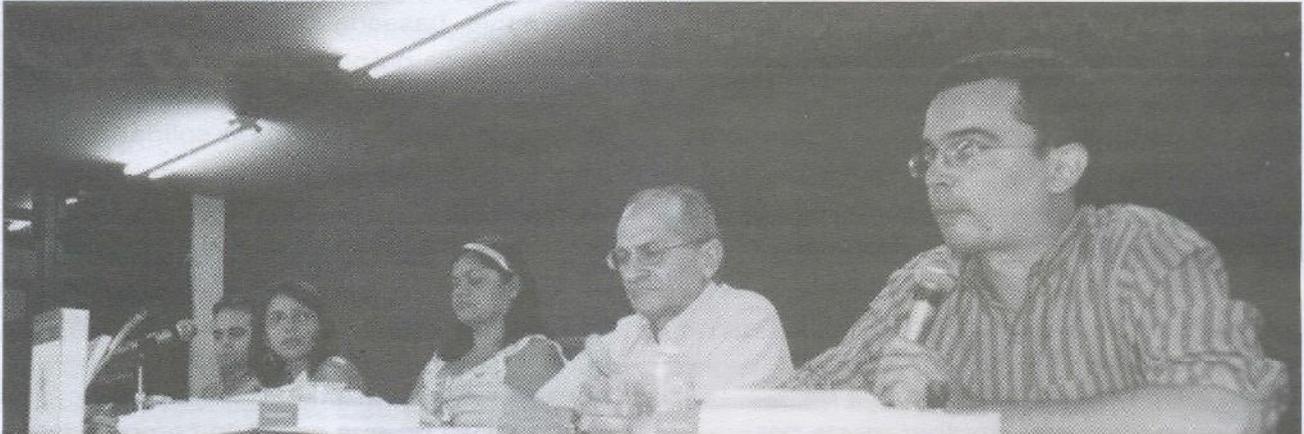
elites mantêm seus privilégios. Essas elites possuem uma mistura de medo e ódio pelos que defendem proposta de uma cultura alternativa, baseada na soberania política e no sentido da própria autonomia. É que a construção de uma idéia da própria soberania nacional, aliada à solidariedade internacional que aponte para um projeto de emancipação colonial, exige a contrapartida indispensável da construção de uma soberania popular nacional. E isso, as nossas elites conservadoras não querem de jeito nenhum. Repartir o poder, mesmo num sistema controlado, parece mais insuportável do que aceitá-lo como dívida consentida alhures (Aguilar, 2003).

Como uma nova concepção de desenvolvimento para o Brasil deve exigir muitos sacrifícios dos setores que sempre se beneficiaram do desenvolvimento brasileiro e hoje estão bem aquinhoados, somente se os Movimentos Sociais e um Governo verdadeiramente progressista unirem suas forças poderá mobilizar o Estado e a Sociedade Civil em favor do projeto nacional popular e assim canalizar os recursos econômicos para atender o anseio de cidadania da população brasileira. Caso, porém, suas forças se dividam e dispersem, o Brasil continuará refém do livre mercado e suas imposições danosas aos mais pobres (Fraga, 2003).

Somente a ruptura com a política econômica imposta pelo neoliberalismo, gerenciada pelo FMI, tais como: "superávit primário", os altos juros e a recessão econômica poderá viabilizar as mudanças necessárias para um projeto de desenvolvimento nacional. Ruptura indispensável para a realização das mudanças que o povo vem exigindo. Nessa linha, provocar o debate entre a população e chamar a atenção para a urgência de ampla mobilização popular, organizada e consciente se faz necessário, sem a qual não haverá as mudanças substanciais na estrutura econômica e social deste país.

Professor adjunto da UFPI, Mestre em Economia/Caen e Doutorando/IE/ UNICAMP.

# Projeto Sexta Básica



Economista Moacy Lago (CORECON), historiadora Elisângela Cardoso (UFPI), professora Socorro Lira (Coordenadora do Sexta Básica), professor Felipe Mendes (UFPI) e professor Washington Bonfim, em debate sobre as perspectivas de desenvolvimento do Estado.

O projeto Sexta Básica a cada edição se fortalece como espaço de discussão sobre a economia. Em abril, o debate foi "ÁGUA DOCE NO BRASIL: RAZÕES DE UMA NOVA POLÍTICA", com a professora Maria Elizabeth Duarte Silvestre. Em maio, foi a vez da "Vulnerabilidade Externa da Política Econômica Brasileira", com o professor Marcelo Dias Carcanholo, que é doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal de Uberlândia-MG. Sua presença em Teresina para participar do Sexta Básica foi possibilitada pela parceria que o projeto firmou com o Sindicato dos Bancários.

Durante o evento foi lançado mais uma edição de Texto de Discussão com o tema "A Ortodoxia Neo-Companheira: vulnerabilidade externa, política econômica e determinação dos fluxos de capitais". De autoria de Juan Pablo Painceira Paschoa e Marcelo Dias Carcanholo.

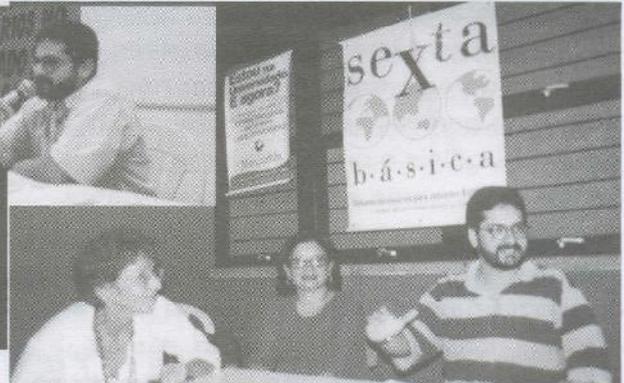
Em junho, o projeto Sesta Básica reuniu para a Mesa Redonda: Desafios da Economia Piauiense" os professores da Universidade Federal do Piauí, Felipe Mendes - DECON, Washington Bonfim, do Departamento de Ciências Sociais, e Elizângela Cardoso, do Departamento de História



Professora Elisabeth Silvestre (UFPI), professora Socorro Lira (coordenadora do Projeto Sexta Básica) e economista Lúcia Costa (presidente do CORECON).



Prof. Marcelo Carcanholo com Ivana Macêdo, em debate no Sindicato dos Bancários.



Profª. Elisabeth Silvestre (UFPI), economista Lúcia Castro (presidente do CORECON) e prof. Marcelo Carcanholo, debatendo a Conjuntura Nacional.



Plenária sempre lotada, característica dos debates do Sexta Básica